



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: GILSON BARRETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 04/04/2018

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Bom dia, senhoras e senhores. Iniciar sessão uma vez que não podemos ultrapassar o limite de 15 minutos para abertura da audiência pública.

Declaro abertos os trabalhos da 2ª audiência pública da Comissão de Administração Pública do ano de 2018.

Informo que esta reunião é transmitida pelo Portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço www.camara.sp.gov.br, link Auditórios On-Line.

A íntegra da transcrição desta audiência pública será disponível ao público no Portal da Câmara no site www.camara.sp.gov.br, link Audiências Públicas.

Esta audiência pública tem a finalidade de debater a alienação de participação societária do Município de São Paulo na companhia de São Paulo Turismo SA. e mais especificamente no pelo PL 11/2018.

O convite para esta audiência pública foi feito pelo *Diário Oficial da Cidade* a partir do dia 29 de março e ainda nos jornais *Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, do dia 2 e 3 de abril respectivamente.

Vou convidar para compor a mesa conosco o Sr. Wilson Poit, Secretário de Desestatização, que não falta a nenhuma das chamadas desta Casa. Muito obrigado pela presença conosco. Quero convidar o Eduardo Colturato, diretor de eventos da São Paulo Turismo, representa também a São Paulo Turismo, SPTuris.

Vamos chamar a Sra. Ana Beatriz, que é Presidente da São Paulo Parcerias.

Tem alguém que representa a Secretaria de Licenciamento e Desenvolvimento Urbano? Secretaria Luiza? Ok. Assim que chegar.

Audiência pública boa é aquela que ouvimos o máximo de pessoas possível e o recado que cada um pode passar para gente é muito importante.

O PL 11/2018 está na Casa. Temos que dar continuidade uma vez foi aprovada uma lei dizendo que ficaria autorizada a alienação do Anhembi, mas que os parâmetros seriam

tratados em outro projeto uma vez que depende de alteração da Lei de Zoneamento com quórum qualificado. Temos de ter pelo menos 33 votos da primeira votação e 37 na segunda, uma vez que é a primeira vez que estamos mudando a Lei de Zoneamento neste ano.

Representando aqui a Secretária Luíza...

Donato, obrigado pela sua presença.

Leonardo Colturato já está presente, fará uma apresentação.

Esta Comissão é de Administração Pública, e o foco da discussão hoje não é nem tanto a discussão que envolve os parâmetros deste debate, os parâmetros que vão tratar o que vai ser ou não vai ser permitido naquela área, mas o motivo da área econômica que hoje está instalada ali.

Presente a nobre Vereadora Rute Costa, membro desta Comissão. Muito obrigado, Vereadora Rute Costa, sempre presente.

Em relação à discussão da atividade econômica, fico temeroso de fazer qualquer manifestação, uma vez que percebi que as pessoas que mais conhecem esse assunto na Cidade de São Paulo estão presentes. Então, estamos muito mais para ouvir.

Com relação à discussão dos parâmetros, a situação é um pouco diferente, uma vez que eu fui relator da Lei de Zoneamento e conheço esse assunto por ter participado da elaboração de alguns conceitos.

Temos, na Lei de Zoneamento, um artigo que está sendo revogado neste momento, porque, na época, a discussão era a concessão do Anhembi, e nós tínhamos, naquela ocasião, de deixar absolutamente claro alguma coisa para que, se fosse adiante a discussão da concessão, o mercado pelo menos soubesse do que se tratava. Por isso, deixamos lá o parâmetro dizendo que não entraria no parcelamento do município, com a história de doar 40%... todo lote acima de 40 mil metros quadrados entra no parcelamento como se fosse um condomínio, e, portanto, teria de fazer parcelamento, com doação de 15% de viário, área verde, etc, e aqui ficou fixado na Lei de Zoneamento 20%. E tínhamos de apontar para o

mercado o que podia construir lá. Na época, pelos cálculos feitos, deixamos 1 milhão de metros quadrados, para que fossem tratados como potencial construtivo na zona de ocupação especial - demarcada na lei para o mercado ser direcionado a uma discussão que estava em andamento naquele mesmo momento da concessão.

Chegou a ser apresentado o projeto, etc, tudo isso foi tratado, mas dentro da visão de 1 milhão.

Com este projeto que veio para cá, a proposta é diferente, é de alienação, e aí temos parâmetros diferentes. Como o Leonardo fará depois uma apresentação, a nossa preocupação maior é justamente com relação ao fator de planejamento, que deixamos 1.2 vezes e 1.3 vezes para residencial e não residencial. Esse é o número que multiplica pelo potencial construtivo para cálculo de outorga.

No cálculo de outorga, a área do terreno é dividida sobre a área a ser construída. Portanto, pretendida do empreendimento. Quando faço essa razão inversa, fica claro que a cada vez que aumento a possibilidade de ampliar a área construída vou reduzindo o índice que, multiplicado depois pelo valor da outorga, vai gerar uma outorga cada vez menor quanto maior for o empreendimento. Isso para que todos possam, quando for utilizar o seu terreno na hora de construir, utilizar o máximo da capacidade que ele tem de construir, porque quanto maior mais baixo o valor da outorga.

Essa fórmula é bastante simples e esse assunto é muito mais para ser tratado no plenário do que propriamente aqui. Mas fizemos as contas levando em consideração nem o 1.3 e nem 1.2 residencial, nem 1.3 não residencial. Calculamos como se fosse 1,25, um pelo outro. E aí, Leonardo, encontramos que, se utilizássemos aquilo que estava no Plano Diretor – que diz que poderíamos usar duas vezes até 28 metros, não precisaria nem de lei. Mas isso não interessa para a região, mas sim aquilo que é permitido na lei. Na Lei de Zoneamento, nós permitimos um milhão de metros quadrados, multiplicando por esses índices. Se utilizássemos critério da Lei de Zoneamento com esse um milhão de metros quadrados, nós teríamos uma

outorga aproximada de 512 reais o metro quadrado. Hoje em terreno calculado pela Lei de Zoneamento também - quando existe uma massa de terrenos desses, cada um com seu contribuinte – aplica-se o valor do maior número encontrado pela quadra e pela localização de cada lote. O valor é de 1050 metros quadrados naquela região, o maior. E quando passamos para 1 milhão, mais 400 mil, que é o que se pretende do sambódromo sobre a área dos eventos, chegamos a um potencial construtivo de 1,4 milhão com uma outorga de 365. Se a isso for acrescentar os 20% para quem mantiver as posições de convenções por 20 anos, essa outorga vai descendo até chegar ao valor de 304,00 reais.

Ou seja, quando calculamos pela lei de Zoneamento em relação à atual proposta, vamos deixar de arrecadar 226 milhões em outorga para esse empreendimento. Se o projeto que vem com propostas de ajustes para a Lei de Zoneamento chegar a esta Casa e ainda oferecer mais 30% de desconto sobre outorga para o Município de São Paulo, vamos acrescentar uma renúncia de mais 121 milhões, o que dá 298 milhões de reais o montante que deixaríamos de receber com esta venda, oferecendo esse benefício para se comprar o maior negócio da cidade de São Paulo depois do Ceagesp.

Nada é tão grande na cidade de São Paulo quanto esse negócio.

Esse valor de 300 milhões é exatamente o valor que está disponível na bolsa como avaliação da empresa São Paulo Turismo, 311 milhões. Ou seja, está se dando de benefício o valor da empresa.

Então, não é para polemizarmos esse assunto aqui, porque vocês estão aqui para discutir um outro assunto, mas vejam que no Plenário a conversa não vai ser suave. Temos de defender para que São Paulo tenha o máximo possível.

Qual é a minha sugestão? Quem faz crítica tem de apresentar sugestão. Crítica sem sugestão é só discurso. A sugestão é aquilo que já fizemos. Fizemos isto para o terreno da Leopoldina, onde está o Ceagesp: quem for comprar aquele imóvel público, é o mesmo daqui, vai ter o fator de planejamento zero. De graça. Aí vocês vão achar que é incoerente?

Não, eu estou dando de graça – nós poderíamos dar esse potencial construtivo todo de graça e esse valor de 300 milhões fica agregado ao valor do bem que estou vendendo. Compreenderam? Se alguém está comprando alguma coisa que não vai ter outorga para construir, eu ofereço isso ao mercado e digo: em vez de vocês comprarem e terem de pagar outorga ao longo desses 20 anos, que vai ficar variando com o tempo, paguem antes. São Paulo talvez não precise desse dinheiro daqui a 20 anos, precisamos dele agora. Vamos agregar esse valor agora. “Ah, mas 300 milhões serão para pagar em 20 anos”. Mas é muito fácil, nós temos aqui gente com altíssima competência para calcular o que significa 300 milhões em 20 anos e para pagar agora é só chamar qualquer banco e ele faz essa conta para a gente rapidinho. Representam 100 milhões, 150 milhões? É melhor receber agora do que em 20 anos, porque quem vai comprar vai construir. Ninguém imagina que vai comprar aquilo para deixar como está.

Então, minha proposta, Wilson Point, já que é para poder atrair o mercado, é fazer o fator de planejamento zerado, mas que esse dinheiro venha incorporar ao bem público. Não é da minha cabeça. De onde surgiu essa conversa? Quando em Brasília foi discutida a situação da eventual saída do Ceagesp da Vila Leopoldina, o Governo Federal disse o seguinte: mas que vantagem Maria leva em permitir que saia de lá e eu fique com esse terreno para ser vendido? Se o Ceagesp ficar no município de São Paulo, o fator de planejamento vai ser zero, primeiro para incentivar que ele fique, e aqui temos de incentivar para que haja evento, que não deixe de ter evento. Segundo, o que Brasília quer com aquele terreno da Ceagesp? Que ele tenha um valor agregado maior na venda. Por que vou vender um bem público dessa qualidade, em um lugar daquele, por preço de mercado? Então, quando aquele terreno de Leopoldina for vendido e a Ceagesp ficar no perímetro de São Paulo, ele vai valer o valor do terreno, mais o valor de uma outorga que estamos abrindo mão.

Essa é a equação. É uma proposta minha, uma sugestão minha. Mas não é uma sugestão leviana e nem de médico que faz as coisas com esparadrapo. Nós ouvimos esse

debate bem próximo das discussões que envolveram Brasília, o Ministério da Agricultura com a Prefeitura de São Paulo durante o debate da Lei de Zoneamento. Ora, se colocar desse jeito, é muito mais importante vender bem esse terreno. Então, quem for comprar aquele terreno lá vai comprar o terreno mais uma eventual outorga daquilo que vai ser construído lá, o que é muito interessante.

Finalidade é interesse público; a finalidade do interesse público aqui é valorizar o bem público, e agora isso significa receber esse dinheiro em adiantamento.

Essa é a proposta, que acredito boa para ser discutida, para que possa ser apresentada.

Anuncio a presença do Presidente da Comissão de Administração Pública, Vereador Gilson Barreto, que presidiu os trabalhos da Lei de Zoneamento, o maior processo participativo que a cidade de São Paulo teve ao longo da história do Parlamento Paulistano. Foram 48 audiências em um total de um ano de trabalho, com mais de 16 mil participações. Vereador Gilson Barreto é o nosso Presidente da Comissão de Administração Pública. Passo a palavra para que S.Exa. faça uma manifestação. Em seguida, vamos dar início aos trabalhos ouvindo o Executivo.

O SR. GILSON BARRETO (PSDB) - Bom dia a todos. Quero saudar a Mesa, nossos convidados, Rute Costa, Vice-Presidente da Comissão; nobre Vereador Paulo Frange, relator do Plano Diretor e da Lei de Zoneamento. Foi um orgulho muito grande trabalharmos juntos naquela grande jornada.

Esta audiência pública foi requerida pelo nobre Vereador Paulo Frange e, com a anuência da Vice-Presidência, gostaríamos que V.Exa. continuasse presidindo-a. Para nós é um orgulho muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange- PTB) – Obrigado, nobre Vereador Gilson Barreto. Eu já estava me levantando para que V.Exa. pudesse assumir a presidência.

Vou passar a palavra ao Wilson Point.

O SR. WILSON POINT – Bom dia a todos. Obrigado, Vereador Paulo Frange. Cumprimento o nobre Vereador Gilson Barreto, a nobre Vereadora Rute Costa, o Sr. Eduardo Colturato e demais membros da Mesa, amigos, funcionários, população presente.

Muito importante o dia de hoje para o Executivo. Como todos sabem, nós estamos aqui para ouvi-los. Hoje é um dia que gostaríamos de reservar bastante espaço para as sugestões de V.Exas.

Muita gente do mercado, que, como disse o Vereador Paulo Frange, são os que mais entendem do negócio. Além de representantes do setor de feira, de eventos, das atividades principais do SPTuris.

Gostaria apenas de registrar que o Executivo aprovou aqui em dezembro do ano passado, depois de diversas audiências públicas, a Lei 16.766, que aprovou a venda da participação acionária da Prefeitura na SPTuris. Essa Lei foi aprovada em dezembro, mas ficou condicionada ao assunto de hoje, o PL 11/2018, que discute sobre os parâmetros urbanísticos daquele local antes que se proceda o encaminhamento para o leilão das ações da SPTuris, que deverá ser feito em meados deste ano na Bolsa de Valores após a aprovação da Casa, após o recebimento da contribuição de vocês.

Superimportante esta audiência. Estamos aqui para ouvir, anotar tudo. Acho que isso vai a Plenário também, todas as sugestões, uma vez que o PL 11/18, que vai definir os parâmetros que complementam aquela lei de venda ainda está em primeira votação.

Era isso que tinha de falar para a abertura. Agradeço a presença de tantas pessoas, de tantos amigos e empresários. Estamos aqui para ouvi-los e anotar.

Passo a palavra ao Dr. Paulo Frange. Em seguida, ao Leonardo, que representa a Secretaria de Urbanismo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange – PTB) – Obrigada, Point. Passo ao Leonardo Colturato, para que possa fazer a apresentação.

O SR. LEONARDO COLTURATO– Quero cumprimentar todos os presentes. Na

pessoa do Vereador Frange, cumprimento todos os membros da Mesa. Vou fazer uma exposição breve, inicialmente, do teor do projeto de lei. Acho que é importante termos esse nivelamento para que todos entendam o que está sendo tratado nesta audiência. Em seguida, Vereador, passo a comentar suas preocupações, suas considerações sobre esta matéria que, de fato, é muito importante. Já adianto que são muito precisas e bem colocadas suas ponderações no sentido de que tenhamos, aí pela frente, oportunidade de aprimoramento desse projeto de lei, o que é, naturalmente, o papel do Poder Legislativo.

Antes de iniciar a apresentação, quero trazer à memória como chegamos a este ponto da discussão. Em um primeiro momento, a gestão propôs à Câmara Municipal, por intermédio do projeto de lei 582/17, o processo a cargo da Secretaria de Desestatização e parcerias de alienação, privatização da São Paulo Turismo, que contém em seu ativo o imóvel que configura o complexo do Anhembi.

No processo de discussão dessa mesma lei, houve um entendimento da Câmara Municipal, juntamente com o Poder Executivo, de que os elementos existentes à época da deliberação não seriam suficientes para atribuir um valor econômico, para aferir o valor econômico desse bem e, portanto, permitir que esse processo acontecesse em bases mais palpáveis. De modo que houve, durante a tramitação, uma proposta de que se fizesse um projeto de lei que viria a complementar essa primeira intenção estabelecendo quais são os parâmetros urbanísticos aplicáveis à zona de ocupação especial do Anhembi. Lembro que todas as zonas de ocupação especial, o zoneamento da cidade, ele 34 tipos de zona e tem um tipo de zona que é zona de ocupação especial, que são aqueles equipamentos que tem alguma singularidade muito específica em função disso, não se trás a priori, o regramento do próprio zoneamento. Então estamos falando aqui do Anhembi, do Ceagesp, dos aeroportos, estamos falando de áreas como o Jóquei, então são áreas que tem características muito específicas e que para o detalhamento da sua função urbanística e de um regramento urbanístico aplicável, é necessária a elaboração de um projeto de intervenção urbana. E o

zoneamento no seu art. 169, trouxe um artifício para dois equipamentos, para o Canindé e para o Anhembi. O mesmo ele fez no Art. 15 para o Ceagesp. Dizendo o seguinte: antecipando o que o projeto de intervenção urbana deveria observar a título de parâmetros urbanísticos. Então ele fixou, para o caso do Anhembi um potencial construtivo de um milhão de metros quadrados e aí explico por quê. O art. 169, do zoneamento ele fixou esse potencial construtivo de 1 milhão de metros quadrados para zona de ocupação especial do Anhembi e juntamente com esse parâmetro, parâmetro de ocupação ele trouxe um parâmetro de parcelamento do solo que é a destinação de áreas públicas obrigatórias que são as áreas que serão destinadas para a implantação do sistema viário, implantação de equipamentos públicos, praças, parques etc... Esse percentual ficou fixado em 20% da área toda do Anhembi. Aí desenvolvemos esse projeto de lei que está em tramitação agora, PL 11/18, ele parte desse pressuposto. Então existia lá atrás esses parâmetros fixados, e também trouxemos alguns outros elementos que vão informar ao conteúdo desses projetos de lei. aqui no item 2 da nossa tela, temos: considerar os objetivos específicos do setor, ora ferroviário, e fluvial da macro área estruturação metropolitana. Essa macro área, segundo o plano diretor estratégico é a área que contém a infraestrutura mais abundante da Cidade de São Paulo, onde estão os trilhos, os principais corredores de transporte coletivo e portanto ela tem um potencial de desenvolvimento urbano e inclusive imobiliário mais intenso. O item 3, ele trás justamente a vocação do território para receber essas transformações estruturais orientadas para um maior aproveitamento do solo. Então dentro dessas premissas nós trouxemos outros parâmetros urbanísticos, que vão se adicionar aqueles que já estão vigentes no zoneamento.

O complexo do Anhembi, que é justamente essa imagem que estamos vendo, ele é composto do sambódromo que está aqui a esquerda, ele nem está na integralidade exposto nessa imagem, o pavilhão de exposições que está aqui mais a direita e mais ao meio o Palácio das Convenções. Há esses três principais equipamentos, principais elementos da zona de ocupação especial do Anhembi. Em 2015 a Prefeitura do Município de São Paulo, realizou

um chamamento publico com o objetivo de alcançar e viabilizar a concessão do Anhembi à iniciativa privada. Então foram apresentada uma série de estudos e esses estudos culminaram em uma proposta de desenvolvimento mobiliário aqui deste lado de cá. No meio dessa imagem temos uma proposta de desenvolvimento imobiliário, um pouco mais ao norte ali avenida passando por trás de uma possibilidade de construção, e aqui está o que seria a perspectiva desse empreendimento e o resultado desse chamamento publico foi em uma área construída de aproximadamente um milhão de metros quadrados. Para essa área do meio, que vamos ver no PL ele segregou esses elementos da zona do Anhembi. Tem uma parte do Anhembi que contém o Palácio das Convenções e o Pavilhão de Exposições, a direita aqui junto à Marginal Tietê existe o Clube Esperia, então é uma área que não está incluída, é uma Zepam, ela não está incluída na zona do Anhembi, o Sambódromo, ele não foi estudado, porque a ideia era que ele permanecesse como Sambódromo e assim continue sendo, mas o fato é que ele também precisa receber um tratamento.

Como eu havia informado inicialmente, a lei resultante do Projeto de Lei 582/17, trouxe esse regramento, que previamente a alienação de que trata essa lei publicada em dezembro do ano passado, os índices e parâmetros do uso e ocupação do solo para a zona do Anhembi, serão definidos em projetos de lei específico e posteriormente detalhados em projeto de intervenção urbana, então o conteúdo da legislação que for produzido aqui na Câmara Municipal de São Paulo ele também será detalhado em um projeto de intervenção urbana pelo Executivo. Isso após a aprovação. Esse projeto vai conter como se dará à aplicação dos parâmetros urbanísticos aplicados em lei e eventuais contrapartidas e regras adicionais que vão ser necessárias para que o projeto se desenvolva.

O texto trazido que é o que está em discussão, ele prevê a manutenção do potencial construtivo definido pelo Arr. 1691, da Lei 16402, que é o zoneamento, em um milhão de metros quadrados. Então aquele estudo que foi em 2105 ele mantém a sua referência e ele trás agora dois setores: o setor centro de convenções e exposições, que foi o que subsidiou o

chamamento público 2/15 e agora o setor Sambódromo. Os estudos não tinham sido considerados naquela formulação do chamamento público de 2015. Então isso é uma novidade, em relação aos parâmetros que foram estabelecidos no zoneamento e ele acrescenta parâmetros urbanísticos que servirão de subsídios para o desenvolvimento do PIU do Complexo do Anhembi, como taxa de ocupação, permeabilidade, destinação de áreas públicas, o próprio fator de planejamento como mencionou o nobre Vereador Frange, então exige um detalhamento um pouco maior que tem o objetivo de viabilizar uma avaliação econômica que dê mais clareza aos eventuais interessados na aquisição do bem, de qual é o conteúdo, qual a possibilidade de desenvolvimento dessa área e, portanto qual é a rentabilidade, qual o resultado econômico que pode decorrer dessa leitura.

Além disso, ele trás uma obrigatoriedade para a implantação de um centro de convenções e exposições. Esse setor continua destinado a essa finalidade e o incentivo a manutenção do equipamento pelo menos 20 anos que incentivo esse consistente em um acréscimo de potencial construtivo que obriga o eventual adquirente a manter o funcionamento desse equipamento do Centro de Convenções, interesse da Cidade de São Paulo, por pelo menos anos.

Esse é quadro que é o anexo único dessa lei. Então ele trás aqui o detalhamento desses parâmetros urbanísticos. Então temos o potencial construtivo de um milhão mantidos para os setores estudados em 2015, o novo setor Sambódromo ele mantém o mesmo referencial de potencial construtivo, de quatro vezes, lembrando que temos 100 mil metros quadrados nesse setor e no outro tem 234 mil metros quadrados então 1 milhão de metros quadrados ele supera ligeiramente o coeficiente de aproveitamento 4, e mantivemos essa referência com o potencial construtivo do ser setor sambódromo que com 100 mil metros quadrados produzindo 400 mil metros quadrados, tem portanto, um coeficiente de aproveitamento de 4 vezes. O coeficiente básico ele é de uma vez. De modo que a superação desse coeficiente ele importa o pagamento de outorga onerosa do direito de construir como

bem explicou o nobre Paulo Frange, O gabarito de altura máxima nesse caso, será referenciado pelo COMAER, porque existe ali, ainda a operação do Aeroporto. Porque existe ali, ainda operação do Aeroporto Campo de Marte, isso importa em algumas restrições altimétricas importantes. A taxa de ocupação máxima de 70%, de impermeabilidade mínima de 25 a destinação mantida, a mesma referência do zoneamento de 20% e o fator de planejamento para fins de calculo da contrapartida financeira da outorga onerosa, 0,7. Os usos permitidos considerando que é uma área que tem uma característica já de abrigar uso bastante impactantes, a exceção do uso IND3, que é o uso de industrias mais pesadas, as outras atividades continuam sendo mantidas. Lembrando que tem essa intenção, essa regra que está prevista no PL, de que se mantém atividade centro de convenções e exposições.

Esse é o mapa, então temos o sambódromo aqui á esquerda. Esse perímetro vermelho é área que configura o setor centro de exposições e convenções que está à direita. Existe aqui o Hotel Holiday Inn, terreno privado que está à margem da Marginal Tietê, clube Esperia à direita e o perímetro é esse que está com traçado vermelho, ele tem mais ou menos o formato de “T” aqui. para o lado direito.

E aí fica um pouco mais fácil de ver. A ZOE do setor Sambódromo é esse bico aqui á esquerda, e do lado direito temos a ZOE setor centro de Exposições e Convenções.

Basicamente esse é o conteúdo do projeto de lei que está em discussão aqui na Câmara Municipal de São Paulo.

Passo, imediatamente a tecer alguns comentários sobre as considerações do nobre Vereador Paulo Frange, em relação a questão a economia e do fator de planejamento.

Como o senhor bem colocou, o fator de planejamento é um fator que entra na formula de calculo da outorga onerosa. Nesse caso sendo 0,7 o valor financeira, a contrapartida financeira, é multiplicada por 0,7 e isso tem o impacto no valor final da outorga onerosa a ser arrecadada pela Prefeitura do Município de São Paulo. Nesse acaso existia, como se trata de um equipamento que está inserido no Arco Tietê, existia, nesses principais

setores da macro área de estruturação da Metrópole, correspondente aos quatro principais rios: Tamandateí, Tietê, Pinheiros e Jurubatuba, um fator de planejamento para o uso residencial e igual a 1,2 e para o uso não residencial igual a 1,3. Qual o objetivo disso no PDE? Era justamente que os PIUs que estão planejados para a macro área de estruturação da metrópole que eles viessem trazendo justamente os ingredientes necessários a transformação desse setor da orla ferroviária e fluvial. Com isso teria a possibilidade, já no projeto de intervenção urbana, uma vez que esse setor ele tem uma programação ano a ano de apresentação de projetos de intervenção urbana, bairros do Tamandateí 2015, Tietê 2016; Jurubatuba 2017 e Pinheiros 2018. Na medida em que os PIUs fosse sendo apresentados você poderia calibrar os fatores de planejamentos e liberar o desenvolvimento dessas áreas, mas dessa vez, conforme o projeto de intervenção urbana, não de uma maneira, não tão consertada como o projeto de intervenção urbana permite. Em função disso estabelecemos para este projeto de intervenção urbana, como referência para a ZOE do Anhembi um fator de planejamento da MUC, que é a macro área de urbanização consolidada, igual a 0,7. Nesse caso o fator de planejamento não é uma variável tão importante porque justamente como pontuou o nobre Vereador Frange, a terra é pública. Quando qualquer empreendedor imobiliário vai fazer a sua avaliação de viabilidade de investimento, ele faz uma conta de trás para frente. Ele fixa em um primeiro lugar qual é a atividade mínima daquele empreendimento, e a partir disso ele começa identificar estruturas de custo nesse empreendimento. Quanto vai custar a obra, quanto ele tem pagar de outorga onerosa, e no final o que sobrar é o que dá para pagar pelo terreno. A outorga onerosa ela tem uma característica muito parecida com a do terreno. Apesar de ela já ter uma fixação prevista em lei, tudo que você retira do valor da outorga onerosa, se dá um desconto no valor da outorga onerosa a teoria é de que esse valor descontado ele é apropriado pelo proprietário do terreno, portanto a própria Prefeitura do Município de São Paulo. A grande diferença nesse caso, aí seria possível, nesse sentido trabalhar com o fator de planejamento zero. Porque nessa contabilidade ao se decotarem os

custos da estruturação do empreendimento imobiliário você chega a um valor de terreno com fator de planejamento zero, idêntico ao valor com fator de planejamento 0,7 mais terreno. Então seria uma soma zero. A grande diferença nesse caso, é a locação desses recursos. O recurso da desestatização é destinado para o fundo municipal de desenvolvimento social. e vai investir em grandes temas de políticas públicas, saúde, educação, segurança, habitação, mobilidade urbana. Ele tem uma aplicação que não é vinculada a temática urbana. A outorga onerosa por sua vez ela, revertida para o fundo municipal de desenvolvimento urbano. Então esse recurso que é arrecadado pela outorga onerosa, ele está vinculado à ações de cunho urbanístico. Então na formulação dessa tese e da proposta que está sendo trazida e que posteriormente será detalhada no PIU, entendemos de que seria salutar garantir que parte dos recursos referentes ao processo de alienação do Anhembi que eles fossem revertidos para o fundo municipal de desenvolvimento urbano e tivessem essa dedicação ao tema urbano para ser aplicados, do ponto de vista do caixa da Cidade de São Paulo, isso faz menos diferença, mas o que o que importa ai é quando você começa a destinar para fundos que tem finalidades específicas, você acaba privilegiando uma ou outra área, como se trata de outorga onerosa direito de consumir que tem essa finalidade, de melhorar a infraestrutura urbana, redistribuir os ganhos da valorização imobiliária na Cidade de São Paulo, entendeu-se no momento da formulação que seria interessante que parte desses recursos não ficassem no fundo municipal de desenvolvimento social, mas fosse para o fundo de desenvolvimento urbano.

Agradeço a oportunidade de fazer esse esclarecimento, e qualquer dúvida continuo à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Leonardo. Vamos ter tempo para esse debate, a nossa preocupação nesse sentido, é possível perceber que procede. Nossa preocupação vai além do canteiro do Anhembi. Porque quando a gente permite a construção de 1.600.80 mil metros quadrados ali, é quase, tudo que a zona Norte poderia construir ao longo da história. Portanto estamos criando um concorrente em uma área segregada, pequena,

perto da zona Norte e todos os outros empreendimentos que forem construídos ali na frente serão inibidos, não estamos acreditando que isso tudo será transformado, vamos ter um bom investimento no entorno. Não! Quase que tudo que a região precisa será construído aqui dentro, porque existe um estudo de viabilidade econômica, dizer o que precisa lá? Mais hotel? Mais hotel. Precisa de que mais? Precisa de um hospital aqui dentro. Então vai um hospital aqui dentro. É isso que será feito. Precisa de mais residencial? Mais comercial? Prédio Corporativo? Vai tudo aqui para dentro. Aliás, a área é super nobre, até pelos acessos. A minha preocupação econômica procede no sentido de como é que fica além do Anhembi?

Só para encerrar. Não sei se procede, vou deixar com você. Há uma preocupação muito grande no segmento que investe na área de eventos e certa desconfiança para não dizer medo, da indústria da construção. De repente tudo isso pode deixar de existir e virar tudo só edificação. No Art, 3 quando fala: Centro de convenções e exposições, no mapa original, fala Palácio de Convenções e Pavilhão de Exposições. Como uma coisa não é exatamente a outra, mesmo que se sobreponha no desenho, para que possamos evitar no futuro uma discussão judicial, se é ou não é, e de repente o centro de Convenções pode ter só cinco mil metros. E quando eu falo que é sobre a área do Palácio e Pavilhão eu tenho um tamanho já definido, não sei.

Eu vou deixar-lhe uma sugestão, onde estamos tentando trazer de volta, Leonardo, para que leve à Secretaria Luiza a proposta de que a gente mantenha a mesma nomenclatura, no mesmo mapa, para que também tenha o mesmo desenho no futuro. Para que não seja preciso discutir isso no STF, porque lá 11 decidem pelo Brasil. Aqui temos só 55 e depois, essa situação poderá ficar fora do controle.

Essa questão parece semântica, mas tenho medo, porque como os advogados sempre entendem a mesma coisa por visões diferentes podemos terminar depois, um dia, discutindo isso fora.

Anuncio as presenças: do Senador Vereador Suplicy, obrigado pela presença; do

Vereador Rodrigo Goulart, que é membro da comissão, muito obrigado pela presença. Antes da fala de vocês vou passar para o Eduardo.

O SR. EDUARDO COLTURATO – Muito bom dia a todos, obrigado pela presença. É uma oportunidade importante de o mercado se posicionar, de se manifestar. A gente está falando aqui em manter uma atividade, que existe naquele local há quase 50 anos e vejo boa parte, quase todos os grandes importantes promotores de eventos, de feiras e de convenções.

Então, o que acho importante discutir nesses próximos dias durante esse debate é exatamente a importância e de que forma a iniciativa privada enxerga a viabilidade de se manter a atividade ou da importância de se manter a atividade para a cidade de São Paulo e ninguém melhor do que vocês para falar isso.

Desse lado, vejo muitos colegas da SPTuris, queria fazer só uma observação, que é importante. Aqui estamos discutindo a venda da SPTuris e evidentemente o foco hoje é o Anhembi. Só queria fazer uma distinção, porque muitas pessoas não conseguem separar uma da outra. A SPTuris é a gestora do Parque Anhembi, é proprietária do Parque Anhembi. Evidentemente, ela tem outras atividades próprias da atividade pública. Funciona como se fosse uma secretaria de fomento, promoção do turismo da cidade de São Paulo. Claro que não se imagina que quem comprar a SPTuris vá cuidar do turismo da cidade, que é uma atividade típica do Poder Público.

Outra atividade importante que boa parte das pessoas que estão aqui se envolve é a realização dos eventos da cidade. A SPTuris é uma grande agência de produção de eventos da cidade, desde os pequenos, dos eventos de bairro, dos eventos religiosos, dos eventos derivados das emendas dos Vereadores desta Casa, até os grandes eventos, o Carnaval, o *Réveillon*, a parada LGBT.

Então, claro que isso no momento certo será desmembrado ou será acertado, de que outras estruturas públicas cuidarão desse assunto. Quando vejo a placa a favor do emprego público, evidentemente boa parte de vocês será aproveitada numa outra estrutura,

seja uma agência, uma secretaria, outra empresa. Isso caberá ao Executivo ou ao Legislativo decidirem qual é essa entidade.

Do ponto de vista da venda do Parque Anhembi é evidente que todo mundo aqui está muito mais preparado do que eu, não me sinto nem um pouco capaz e competente para discutir zoneamento, a indução não é a minha área. Mas, é evidente que se há um caminho que está sendo trilhado no sentido da manutenção do uso, da manutenção da atividade feiras e convenções, é evidente também que boa parte dos funcionários continuará lá trabalhando, talvez com outro patrão.

Então, eu só queria fazer essa separação, porque a hora que falamos em vender a SPTuris você está vendendo por uma modelagem definida, que o Executivo entendeu que era a melhor forma de fazer, vender as ações na Bolsa. Evidentemente que a gente não imagina que o comprador vá cuidar da promoção e do fomento ao turismo da cidade.

Era isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Eduardo. Vou pedir autorização aos Vereadores para que alternemos as falas dos presentes com os Vereadores. Passemos, então, ao Sr. José Cordeiro, representante da São Paulo Turismo.

O SR. JOSÉ CORDEIRO – Bom dia a todos. Eu sou José Cordeiro, do Conselho de Representação de Empregados e o que nos traz hoje aqui é a quase certeza que os senhores têm do fim do Pavilhão ou do Centro de Exposições, que existem hoje no Anhembi.

Ora, o que se vê é que a lei que foi aprovada em dezembro, como falou Wilson Poit, é claramente voltada para o empreendimento imobiliário e isso traz prejuízos para os promotores de eventos, que vão perder um local maravilhoso da cidade com facilidade de transporte público, facilidade de acesso às rodovias, de acesso aos aeroportos. Também perde a cidade, que vai deixar de receber aqueles visitantes em grande número, que deixam seu dinheiro aqui em hospedagem, em lazer e em gastronomia. E perdem também os funcionários da São Paulo Turismo, como o Eduardo disse, têm vários funcionários e muitos não puderam

vir, porque isso significa a extinção da empresa. O fim do Pavilhão significa a extinção da empresa.

Em dezembro, essa Lei 16.766, que o Wilson Poit disse, tinha um substitutivo que criava uma Secretaria de Turismo ou então uma empresa de eventos e turismo na cidade. Isso foi vetado pelo Prefeito, assim como foi vetada também a emenda dos funcionários, que possibilitava a transferência desse grupo para outras empresas públicas. Ou seja, se esse PL 11/2018 passar, significa, então, um prejuízo para a cidade. Entendemos assim, e aqui estão os promotores de eventos para dizer isso e prejuízo para os funcionários.

Dessa forma, o que pleiteamos aqui é um olhar dessa comissão - eu vejo o Vereador Gilson Barreto, que sempre nos atendeu muito bem e atende a todos -, que leve o nosso pleito ao Prefeito, ao futuro Prefeito da cidade e que ouça os funcionários, porque desde agosto estamos debatendo para sermos ouvidos pelo Prefeito, mas nunca conseguimos.

Então, nós vamos formalizar esse pedido para que a transferência e a manutenção dos empregos dos funcionários sejam feitas, porque se não estiver num termo da lei não tem validade.

Queria agradecer a todos que puderam vir, são pessoas que trabalham, como disse o Eduardo, além da infraestrutura do Pavilhão, trabalham com os eventos da cidade e são milhares que fazemos por ano. Num fim de semana podemos fazer até cem eventos, lembro-me de eventos que foram realizados no último fim de semana e reuniu milhares de pessoas. Foi promovido e feito pela São Paulo Turismo. Eu poderia falar de vários outros, porque temos uma conta imensa.

Mas, é isso, pedir o apoio dos senhores para que sejamos ouvidos pelo Executivo e imagino que o futuro Prefeito Bruno Covas faça isso de bom grado.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado. Em seguida, Ana Maria Wilhelm, que vai fazer uma apresentação do legado do Jorge Wilhelm.

A SRA. ANA MARIA WILHEIM – Bom dia a todas e a todos. Falo aqui em nome do legado de meu pai, Jorge Wilhelm, que é autor do projeto do Parque Anhembi. Evidentemente, falo com muita emoção e trago aqui algumas memórias do que foi a construção do Parque Anhembi.

Antes de começar a falar, vou projetar rapidamente um trecho para compartilhar com vocês a história da construção desse complexo de feiras e exposições e convenções, que foi idealizado por Caio Alcântara Machado, que era um empresário do setor de eventos, um visionário.

Na década de 60 fazia suas feiras já enxergando São Paulo como um espaço de comércio, do setor de serviços, já propunha essas feiras como uma inovação. Sentindo-se limitado com os espaços que a cidade propunha, propõe a construção desse complexo. Coloca na mão do arquiteto Jorge Wilhelm e Miguel Juliano o desafio de conceber uma área enorme, que equivalia a cinco quarteirões, 70 mil metros quadrados. O desafio construtivo era como erguer uma estrutura no chão, leve, e que pudesse ter o mínimo de impacto na área por suas estruturas de manutenção da estrutura aérea. Convida Burle Marx para fazer parte do projeto paisagístico.

Portanto, essa área que hoje estamos discutindo sobre o que vai se fazer com ela tem memória e uma memória muito bonita, porque pela primeira vez no mundo foi construída uma estrutura metálica do tamanho que foi a estrutura do Pavilhão de Exposições. Envolveu-se um engenheiro canadense - isso era década de 60, gente, computadores ainda não existiam no Brasil – para fazer o cálculo. O engenheiro brasileiro de estrutura foi Mario Franco, que é vivo e recentemente fez um lindo depoimento sobre a construção, a concepção artística dessas duas obras do espaço do Pavilhão e do espaço de Convenções.

A nossa postulação aqui, assustada com o PL 011, é que se fala na atividade, quer dizer, há um estímulo na manutenção da atividade, mas não há nenhuma defesa da construção, da obra. E a gente, como família, não só como família, porque Jorge Wilhelm foi

um homem público, que dedicou sua vida a questões públicas, então, como arquiteto urbanista enxergava a possibilidade das transformações da cidade. Participou, foi autor do Plano Diretor de 2002, ou seja, um homem que tinha muito conhecimento sobre a Cidade.

É justamente no Plano de 2002 que se cria a ferramenta da outorga onerosa e do Fundurb, que são duas ferramentas muito importantes para criarmos uma melhor distribuição de recursos na cidade, ou seja, levar recursos a partir da outorga para o Fundurb e distribuir isso para áreas da cidade em que precisamos de desenvolvimento e que não há interesse econômico.

Jorge era um homem que enxergava a cidade no seu espaço e nas desigualdades sociais dos atores que vivem na cidade. Ele não era meramente um arquiteto urbanista de desenho, mas era um homem que enxergava as pessoas, enxergava a sociedade no uso dessa cidade.

Então, quando eles criam o Plano de 2002, cria ferramenta, dá outorga associada ao Fundurb. Isso tem um caráter de equidade social da busca de levar recursos para áreas da cidade em que os investidores econômicos não enxergam com potencial tão interessante.

Nessa discussão agora aqui do Parque Anhembi o que nos assusta e o que a gente quer trazer para vocês, para os Srs. Vereadores e para o Executivo é o caráter da nossa preocupação com o que é o interesse público. Jorge sempre dizia que o interesse público não é o interesse de todos, mas é justamente o papel do Executivo de moderar os interesses.

Então, que nessa atividade em que a gente está buscando melhorar os cofres públicos através da venda de um terreno público que seja considerada, de fato, a preocupação na preservação do referencial arquitetônico que a gente tem nesse espaço, que a gente recupere, inclusive, o projeto de Burle Marx.

Como sempre, os projetos de paisagismos são postos debaixo do tapete. Não sei por que neste país a gente não valoriza, a gente tem um projeto maravilhoso, que é esse que está exposto aqui, de autoria de Burle Marx que nunca foi implantado até o seu final.

A nossa proposta é para que os novos empreendimentos que venham ali recuperem a beleza, a arquitetura e a histórica desse empreendimento, que é artesanal. No caso do palácio de convenções, a descrição de Mario Franco, como disse, um homem que está vivo, acabou de fazer um depoimento sobre a estrutura de origami daquela construção, daquele projeto, é inédito. Ou seja, temos um patrimônio histórico e arquitetônico inédito, inclusive, reconhecido internacionalmente.

O projeto do Parque Anhembi foi doado para o Museu Casa de Arquitetura do Porto, em Portugal, junto com outros 80 projetos de arquitetos brasileiros. Ele faz parte de um acervo com reconhecimento internacional. Nós não podemos deixar que essa beleza, que esse valor arquitetônico que a gente busca quando viaja para o exterior nas cidades como Paris, Zurique, as cidades da Europa tão lindas e maravilhosas, cuja construção a gente valoriza. Nós não podemos continuar derrubando os nossos referenciais arquitetônicos que são o nosso referencial no paisagismo urbano.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Em seguida, Ogue Doria, legado de Jorge Wilhelm.

A SRA. ANA MARIA WILHEIM – O Ogue estava junto comigo e a gente vai ter um pouco mais de tempo para poder exibir o vídeo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Raimundo Pedro, representantes dos empregados da São Paulo Turismo.

O SR. RAIMUNDO PEDRO – Bom dia a todos os colegas da SP Turis, bom dia Vereadores, bom dia à mesa, bom dia ao pessoal de eventos e turismo.

Eu sou o Raimundo Pedro, do conselho de representação dos empregados. Infelizmente, Colturato, não consigo desvincular o Anhembi e os funcionários, que tocam a empresa todos os dias. Inclusive, a maioria dos colegas não pôde comparecer, porque está na

montagem do evento do Sebrae. Não tenho aqui como desvincular o Anhembi e os funcionários.

Eu represento, hoje, 350 famílias. São 350 funcionários, todos concursados, pais e mães de família que não estão tendo a devida atenção pelo Prefeito João Doria.

Não estou aqui para falar de política, mas para falar de gestão e dos colegas que depositaram voto de confiança no Conselho. Eu não posso desvincular, desculpe, Diretor.

Pessoal, eu participei de uma audiência pública muito boa, há uma semana, quando estavam tratando especificamente do Autódromo de Interlagos. Eu ouvi uma proposta, uma sugestão, muito interessante, que seria levar uma audiência pública para Interlagos para que a comunidade do entorno possa participar desse projeto de lei que, na verdade, não vai interferir somente com o pessoal de feiras e turismo, ele vai interferir com a comunidade do entorno e toda a cidade de São Paulo.

Em nome dos colegas que moram próximo ao entorno do Anhembi, solicito que esta comissão faça o pedido para realizar uma audiência pública no Anhembi. Eu gostaria de fazer esse pedido.

Também eu gostaria de potencializar o pedido que o Cordeiro fez de uma audiência uma conversa com o Bruno, já que o Prefeito, no dia 7, estará nos deixando, esse projeto de lei provavelmente será ele que tocará junto com a Câmara Municipal.

Muitos colegas cobram do conselho de representação dos empregados, quero falar mais uma vez que estou representando 350 famílias, 350 funcionários concursados, pais e mães de família.

Todos os Vereadores da mesa assinaram uma emenda coletiva. Dos 55 Vereadores, 50 assinaram. Infelizmente, o Prefeito João Doria vetou. Ele não vetou só a emenda dos funcionários, não, ele vetou também do seu substitutivo. Porque ele falava que junto com esse projeto de lei seria criada uma secretaria, uma empresa de eventos. Se ele não cumpre até o que ele escreve, vocês de turismo e eventos vão acreditar numa palavra?

Eu estou aqui com o projeto de lei 582, que fala da venda das ações, alienações, da Companhia São Paulo Turismo.

Desculpe por eu estar nervoso, mas vamos lá.

Também estou com o projeto de lei 11/2018, no artigo 3, como o Vereador Paulo Frange disse, não está resguardando o pavilhão de exposições não, pelo contrário. Deveria estar aqui na redação: “deverá manter os pavilhões de exposições.”, mas não está. Existe uma grande diferença entre “deverá” e “haverá”. Não tem nada que “deverá”.

A intenção, infelizmente, do Prefeito é derrubar a SP Turis.

Pessoal, vocês que trabalham com feiras e eventos, eu trabalho na empresa há 9 anos, eu nunca vi uma estrutura daquela em qualquer outro lugar do Brasil. Nunca vi. Ali vocês têm acesso à Marginal, ao Campo de Marte, ao metrô. Estão querendo, na verdade, rifar aquela estrutura. Pessoal, o que não está no papel não existe.

Então, com todo respeito, Srs. Vereadores, no projeto de lei não consta que deverá. Só está na conversa.

Pessoal, muito obrigado aos colegas que vieram.

Por favor, Vereador, encaminhe uma audiência pública ali no Parque Anhembi vai ser muito bem visto pela casa.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Esse assunto já foi tratado na comissão pelo Vereador Gilson Barreto, a gente está tratando com os Vereadores, no momento oportuno a gente vai fazer uma audiência no local, com certeza.

Angelina Gauna, São Paulo Turismo. Antonio Cavalcante, quem é?

A SRA. ANGELINA GAUNA – Bom dia a todos. Para mim foi uma surpresa a fala da filha do Jorge Wilhelm. Eu estive presente na reunião do Conpresp, em outubro do ano passado, apesar de todos os pareceres técnicos serem favoráveis ao tombamento do Anhembi, alguns eram favoráveis ao tombamento parcial, outros só o palácio. Mas, apesar

disso, unanimemente, numa reunião em que foram discutidos 18 projetos, não foi dado prosseguimento à discussão e, na primeira reunião, foi indeferido o processo de tombamento. Para mim aquilo foi uma surpresa e, novamente, hoje uma surpresa receber essa fala. Infelizmente, ela não estava lá para defender os interesses do tombamento.

Ela citou a mesma coisa que eu falei em outra audiência, a gente precisa sair do País para visitar e conhecer lugares tombados. Infelizmente, ainda é assim.

Falando especificamente sobre o tema de hoje, hoje o Parque Anhembi possui a capacidade de receber em seus espaços cerca de 30 mil pessoas no polo, dependendo da configuração o alvará tem até, salvo engano, 70 mil pessoas; cerca de 6 mil pessoas no palácio, também dependendo da configuração; já recebeu 40 mil pessoas no pavilhão; tem a capacidade de vagas de cerca de 4 a 6 mil veículos, dependendo da configuração. Áreas construídas atuais, no Sambódromo, cerca de 20 mil – ordem de grandeza -; pavilhão e palácio cerca de 110 mil metros quadrados. Portanto, no Parque Anhembi a gente tem hoje cerca de 130 mil metros quadrados de área construída. Os senhores podem somar a capacidade de pessoas.

No projeto de lei, no artigo que já foi citado, sobre o setor referido no inciso, enfim, o Parque Anhembi deverá incluir o centro de convenções e exposições de abrangência metropolitana. No seu parágrafo único define que: "...na hipótese de os responsáveis legais pelo empreendimento assegurarem o funcionamento da atividade do centro de convenções, pelo prazo de 20 anos, será concedido um acréscimo do potencial construtivo de até 20%, sobre os valores constantes.". Os potenciais construtivos que foram apresentados.

Bem, há duas perguntas aqui. Como o colega acabou de dizer: "...na hipótese de os responsáveis legais pelos empreendimento assegurarem o funcionamento da atividade do centro de convenções..." – então é uma hipótese. Não há nada definido nesse projeto de lei. É optativo. Se quiserem fazer um centro de convenções, bem; se não quiserem, bem também.

Nessa hipótese, se assegurarem por 20 anos, haverá um acréscimo de 20% do

potencial construtivo. Também tem uma pergunta sobre isso, para que os senhores esclareçam, se não hoje, mas que conste nas atas para que seja esclarecido nas próximas audiências: o que é o centro de convenções e exposições de abrangência metropolitana? No mínimo, o que nós temos hoje – entendo – para uma cidade como São Paulo esse centro de convenções que foi construído há 50 anos tem essa capacidade que acabei de citar. Então, no mínimo, um centro de convenções do tamanho de uma cidade de São Paulo tem de ter essa capacidade. Isso não está na lei.

Então, eu peço para que os senhores fiquem atentos a esses pontos pelo bem do interesse público, como foi dito aqui, é necessário definir esse conceito. O que é um centro de exposições e convenções de abrangência metropolitana. Porque do jeito que está fica a critério de quem comprar definir o que é um centro de convenções.

Como funcionária e parte interessada da São Paulo Turismo, também gostaria de entender como esse mercado vai ficar regido com essa definição. O que é o centro de convenções e o que essa lei vai definir para o mercado de São Paulo e da América Latina?

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Angelina.

Próximo e último da São Paulo Turismo é o Antonio Cavalcante.

O SR. ANTONIO CAVALCANTE – Bom dia a todos. Queria cumprimentar a mesa que preside esta audiência pública e agradecer aos colegas presentes.

Queria ressaltar aos senhores que quanto a esse projeto de intervenção urbana, não existe nenhum projeto que dê garantia de sustentabilidade financeira com a ampliação de 300 mil metros quadrados, ou 500, ou de 1.250, ou de 1 milhão, que dê essa garantia para um ente público que está sendo passado para a iniciativa privada.

Então, não foi feito nenhum estudo, isso não consta em nenhum desses documentos, desses projetos, dessa intenção. Não foi feito esse estudo, como que você vai passar um ente público que é uma geradora de receita para a cidade de São Paulo.

A São Paulo Turismo só em 2017 com o Carnaval, evento de sete dias, trouxe 10,6 milhões de visitas em apenas uma semana. A hotelaria pulou de 59% a sua ocupação para 71% nesses períodos. Com a realização do grande prêmio da Fórmula 1, ali em Interlagos, movimentou uma receita de 260 milhões de reais, sendo que desses 260, 22,9 milhões de ISS para a Prefeitura de São Paulo, então eu gostaria que isso fosse revisto, que fosse feito esse comparativo pelos senhores, por esta Casa principalmente, que é quem discute a venda da São Paulo Turismo, e fizesse esse comparativo do que é melhor para São Paulo, porque depois que nos desfizemos desse patrimônio, desse bem público que não deixa de ser gerador de receita, ainda que indiretamente, essa receita tem que ser levada em consideração, porque a receita vai para o mesmo lugar.

Na ocupação de hotelaria incidem impostos para a Prefeitura de São Paulo. Não Fórmula 1 incide receita para o Município de São Paulo. Os grandes eventos não desapareceram do pavilhão de exposições porque não havia interesse. Acredito que alguns dos senhores que trabalham com eventos, com negócios, podem comprovar o que estou dizendo. Saíram porque foram sendo menosprezados, suas reivindicações foram deixadas de lado, não cumpriram.

Desde 2013 temos 47 milhões de reais do PAC, dispensados pelo Ministério de Turismo. Por que esse dinheiro não foi aplicado? Para justificar que a empresa é negativa, para justificar que a empresa dá prejuízo para o Município de São Paulo. Isso não é verdade. Nossa empresa é autossustentável e isso pode ser comprovado nos balanços, nos fluxos de caixa; ainda que em dificuldade. Nós temos atravessado os piores dias como empregados da São Paulo Turismo, mas ela continua de pé, ela continua dando resultado para a Prefeitura de São Paulo, então é injusto ser tratado dessa forma.

Como dispensar uma empresa pública para a iniciativa privada, se hoje as empresas privadas, os bancos privados é que estão onerando os cofres públicos do Município de São Paulo. Até dezembro de 2017, 102 bilhões de reais fora dos cofres públicos da

Prefeitura de São Paulo. O que vai acontecer com essas dívidas? Elas vão ser anistiadas ou elas vão ser parceladas em infundáveis prestações.

São Paulo, depois da venda do Parque Anhembi, vai ficar sem um local para as atividades, para os eventos. Como você vai realizar o Carnaval? E onde você vai comportar durante toda uma semana, porque o Anhembi paralisa na semana de Carnaval? Quem vai custear esse prejuízo para a Prefeitura? A Prefeitura vai deixar? Como vão acontecer esses eventos?

O Anhembi foi feito na década de 1970 especialmente para atender os grandes negócios da América Latina, especialmente para o Carnaval, porque toda a capital tem, precisa. E isso é custeado pela Prefeitura. O Anhembi não dá prejuízo porque ele realiza as atividades, os grandes eventos da Cidade são realizados pela São Paulo Turismo, e são eventos da Prefeitura, e precisam ser custeados. Quem vai custear?

Estas são minhas palavras. A sugestão que eu dou é que se faça um comparativo: quanto custa hoje sendo feito pela São Paulo Turismo e pela iniciativa privada; e se essa receita é significativa para os cofres públicos de São Paulo.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Com a palavra, Abdala Jamil Abdala, da Opraf Francal.

O SR. ABDALA JAMIL ABDALA – Bom dia a todos. Obrigado pela presença. Na pessoa do Vereador Paulo Frange cumprimento toda a Mesa.

Sou Abdala, sou presidente da empresa Francal, promotora de eventos há 50 anos no Brasil, e também vice-presidente da Opraf, União Brasileira dos Promotores de Feiras, entidade que representa do setor de promoção comercial nacional e internacionalmente.

Tenho aqui algo para ler, mas não vou ler, não. A gente tem que falar de coração. O que está sendo discutido aqui é muito importante. Nós, da Francal, usamos o Anhembi desde 1991, fazendo eventos de grande qualidade, de grande importância para a economia do

País. Tenho certeza de que não só os eventos da Franca como os eventos promovidos por outros promotores de feiras geraram milhares de empregos Brasil a fora. Aqui nós recebemos expositores do Brasil e do mundo como visitantes, fazendo com que a economia brasileira gire no sentido positivo. O Anhembi sempre foi nossa casa, sempre foi a casa onde recebemos as melhores empresas expositoras e também compradores do Brasil e de toda parte do mundo.

Eu não larguei o Anhembi. Eu ainda tenho três eventos acontecendo no Anhembi, aos trancos e barrancos, porque a gente acredita que amanhã esse pavilhão será reformado, será transformado naquilo que foi há 40 anos. Mas tenho outros eventos fora do Anhembi, como também nós outros promotores de feiras temos eventos em bons pavilhões na Cidade. Se o Anhembi for habilitado positivamente, nós voltaríamos para ele.

A estrutura do Anhembi requer, sim, uma reforma, mas a logística que ele oferece a todos nós é fantástica. Não tem um pavilhão aqui em São Paulo que oferece a infraestrutura, a logística para que esse pavilhão seja ocupado de forma positiva. Então a gente está aqui para defender a permanência do Anhembi, a melhoria do Anhembi. (Palmas) Foi a casa dos eventos de São Paulo e nós não queremos perder essa casa. Ele é conhecido mundialmente. Quando se fala de feiras na cidade de São Paulo, seja na língua que for, inglês, francês, alemão, o Anhembi é conhecido internacionalmente.

Então eu peço que esses estudos que estão sendo feitos reflitam sobre a importância desse pavilhão e que esse pavilhão continue melhorado. O Wilson sabe o tanto de conversa que nós tivemos quando você era Presidente do Anhembi. Melhorado para que nós possamos fazer o que o Brasil precisa: gerar negócios. O Anhembi é o palco para isso. São Paulo tem outros centros de exposição que nos auxiliam sobremaneira na geração de negócios, mas nós não podemos deixar o Anhembi de lado, ele tem que continuar.

Este é meu apelo. Espero que realmente os Srs. Vereadores, esta Casa, na análise desse projeto, considerem e que realmente nós tenhamos um Anhembi revigorado e a favor da economia do Brasil.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Abdala.

Em seguida, Jorge Álvaro de Souza, da Couromoda e Sindiprom.

O SR. JORGE ÁLVARO DE SOUZA – Bom dia a todos. Vereador Paulo Frange, na sua pessoa cumprimento a Mesa, os colegas da área de promoção de feiras, funcionários do Anhembi, dos (ininteligível) de turismo.

Sou diretor superintendente do grupo da Couromoda e presidente do Sindiprom, que é o Sindicato das Empresas de Promoção, Organização e Mongatem de Feiras e Congressos do Estado de São Paulo, que tem na sua base, sete mil empresas. Nós mudamos para o Anhembi em 1985, mas já fazíamos no Palácio um evento desde 1983. Viemos do Rio de Janeiro para o Anhembi e fizemos dele a nossa casa. Somos paulistanos de coração, fomos adotados pela Cidade, vimos o desenvolvimento e é uma emoção muito grande quando encerramos uma feira com qualidade, com resultado. E numa base do sapato em que tínhamos 350 mil empregos chão de fábrica e projetamos que havia um milhão e quatrocentas mil, um milhão e quinhentas mil pessoas que tinham seu alimento na mesa garantido através dessa atividade.

O pavilhão na comunidade, nas cidades, não é feito com base em dinheiro na Alemanha e países em que os geradores de negócios são incentivados. Brinco que o promotor é o elo pobre da cadeia porque ele arrecada para cada 1,65 reais, existe uma projeção na Cidade de negócios de 16,3 reais. Então somos 10%, mas geramos e é importante, quando vejo sendo construído um centro de convenções, um pavilhão e sendo montada uma estrutura para promover os negócios, analisamos assim, qual é o custo disso? É o mesmo custo para construir um presídio. No presídio você está encarcerando o passado, no pavilhão você está abrindo uma janela para o futuro.

E a marca Anhembi é um ícone da Cidade. Não pode desaparecer, seria jogar a história da Cidade embaixo do tapete. Não podemos. Precisa melhorar, recuperar o Anhembi e

dentro desse modelo de privatização que está acontecendo precisa estar contemplado de forma clara e objetiva dando à Cidade aquilo que representa. Hoje somos mais de 11% do PIB do Brasil. Somos 7% maiores do que o PIB do Estado do Rio de Janeiro; 37% maiores do que o PIB do Estado de Minas Gerais. E temos na grande megalópole de São Paulo, Grande Sorocaba, Grande Campinas, Grande São José dos Campos, Baixada Santista e a Grande São Paulo, 34 milhões de habitantes com 24% do PIB do Brasil.

Então passar uma borracha no Anhembi é jogar a história fora. Não podemos fazer isso. Temos de achar uma maneira de preservar com qualidade devolvendo à Cidade aquilo que o Anhembi deu a São Paulo e ao Brasil. Posso dizer que muitos PIBs do Brasil passaram dentro do Anhembi ao longo de décadas. E uma cidade que não preserva a história perde a capacidade de contar história. Conversamos no Congresso, nos reunimos e fomos juntar os dados. Tínhamos os dados de tudo, mas faltava algo que dissesse assim: por que São Paulo?

Então estávamos num discussão que São Paulo era cara. Então comparando com o que é São Paulo, comparando com Igrejinha, Três Coroas, não estamos comparando com Milão, Nova Iorque, Londres, Paris. Temos de comparar São Paulo com o que representa e como a Cidade representa e da forma que representa não pode perder os seus ícones.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Souza. O presídio encarcera o passado e o Centro de Convenções abre uma janela para o futuro. Vamos deixar isso gravado aqui, Souza.

Armando Arruda Pereira da Obraf e do Sindiprom. Alguém aqui conhece algum neto de ex-Prefeito de São Paulo ou não? Vou lhes apresentar um, Armando Arruda Pereira é neto do ex-Prefeito da cidade de São Paulo, Armando Arruda Pereira.

O SR. ARMANDO ARRUDA PEREIRA – Obrigado pelas palavras. Só queria começar então com esse legado, vejam como feira está no meu DNA, meu avô fez o Parque do Ibirapuera, acho que é um bom legado para a Cidade. Isso na década de 50, para as

comemorações do Quarto Centenário. Obrigado pela lembrança.

Estamos aqui representando a Obraf, o Sindicato, como já falou o Abdala e o Souza. Representamos um setor da economia que é a mais completa ferramenta de promoção comercial. Somos indutores do turismo, brinco muito com o Bruno Mori, Presidente da BH de São Paulo: tem feira por que tem hotel ou tem hotel por que tem feira? Não tem importância, os dois são importantes porque giram a mesma roda da economia, mas alavancamos os negócios.

Para contar rapidinho quantas feiras têm no Brasil. O Brasil é um país em que feira dá certo. Temos mais de duas mil feiras pela nossa extensão territorial, porque a língua é a mesma e uma concentração na região Sudeste e vamos ver num outro quadro o porquê disso. E uma concentração também importante na região Sul. Quando acabamos este estudo fiquei curioso e fui perguntar por que acontece isso na região Sul? A colonização, os italianos e alemães estão acostumados a produzir e comercializar. Isso é interessante e por isso esse volume.

Está aqui. Chegamos à nossa história. Esse trabalho foi desenvolvido pela Obraf, pelo Sindicato e mostra um centro de eventos, um pavilhão de exposições e o que representa de desenvolvimento e alavancagem econômica? Em todos os vertentes que vamos, tanto diretamente a feira, o pavilhão, a infraestrutura, a logística e os serviços que têm limpeza, alimentação e montagem há outros vértices como o Souza falou. Quando se refere ao setor coureiro calçadista, e temos as duas feiras mais importantes do Brasil, Couromoda e Francal aqui em São Paulo, eles estão fazendo show de fábrica.

Quer dizer, na verdade estamos fazendo a comercialização de um produto que resulta em movimentação de chão de fábrica. E se olharmos para cima é mais como indutor ao turismo. Temos os expositores, agentes de viagens, companhias aéreas, hotéis, restaurantes, transporte e entretenimento. E no fundo vamos ver que sempre que geramos riqueza, renda, desenvolvimento, imposto e antes disso geramos emprego, a nossa mão de obra é extensiva.

Quando temos na Cidade um hotel, é o edifício que paga mais impostos. Um prédio residencial paga IPTU, um prédio de escritórios paga a licença de funcionamento e o hotel paga imposto a vida inteira que estiver trabalhando, gerando mais receita e mão de obra extensiva para a Cidade.

O Souza fez uma referência ao impacto econômico da nossa atividade na cidade de São Paulo. Essa é uma pesquisa que fizemos, em 2014, juntamente com a FIPE. Essa pesquisa foi a primeira no mundo e tornou-se um padrão global. Uma série de países está fazendo isso em cidades importantes de sua atividade e ela demonstra o que esse setor gera de riqueza para a cidade em todos os setores possíveis de serem medidos.

Quando o Souza fala que somos 10%, a nossa geração direta de renda é de 1.65 bilhão em um ano. Vejam como é importante o setor de montagens e infraestrutura que tem uma série de companheiros aqui das empresas. Praticamente o mesmo valor com uma mão de obra extensiva. Vila Maria, Vila Maria do Alto, Jardim Japão, as empresas estão espalhadas por São Paulo inteiro, estão fabricando, montando aquelas cidades que são construídas dentro do Anhembi, do Center Norte, do São Paulo Expo, do Frei Caneca, do Pro Magno, da Bienal, do Transamérica, esqueci algum? Acho que não porque ninguém reclamou.

E vejam que importância tem para a Cidade os outros setores da economia. A hospedagem representa 47%. Lembro-me bem, eu e o Bruno fomos chamados para uma gravação do Jornal Nacional logo depois da Copa do Mundo. A Copa do Mundo não foi grande coisa para o turismo da Cidade porque não deu aquela geração de ocupação hoteleira, restaurantes e tal. Na primeira semana em que começou a ter feira os índices dos hotéis cresceram e viramos notícia no Jornal Nacional. A Cidade acordou, a hotelaria está viva e está se enchendo porque essa atividade das feiras faz parte da cidade de São Paulo. Somos a Cidade mais importante das feiras da América do Sul.

Isso gera essa renda toda que estamos apresentando aqui e gera hospitalidade. Sabemos receber, temos gastronomia, entretenimento, compras, ou seja, os equipamentos e a

defesa para a permanência do Anhembi, com a sua vocação de equipamento para congressos, convenções e feiras é que quantos mais espaços indutores da nossa atividade econômica, mais trabalho e mais riqueza teremos. É importante porque é indutora da economia.

Quando se faz um evento, como o Abdala falou, em que estão vindo os compradores de fora, esse é um dinheiro novo na Cidade. Um dinheiro que não existia, não fazia parte da economia local. É alguém de fora que está vindo com cartão de crédito, então gera uma nota fiscal que gasta 400, 500 dólares por dia, gerando uma receita nova. É dinheiro novo na economia, uma injeção de dinheiro na economia.

Alguns já falaram do Anhembi, são 400 mil metros. Esse é o descritivo dele hoje, o que existe e a importância dele como marca, o que também foi falado aqui. É muito importante a marca Anhembi. É um nome que está construído. Freqüento bastante, às vezes atendemos algum executivo que está meio perdido, meio atrapalhado, muitos deles conhecem o Anhembi e nem conhecem a Cidade. Pegam o avião, descem no Aeroporto, vão para o Anhembi, fazem seu negócio, voltam para o seu destino. Que tal São Paulo, pelo menos um filezinho do Moraes ou um churrasquinho? Não, tenho de voltar. Mas ele veio gerar negócios.

Essa é minha razão final dessa apresentação e agradecer aqui o convite da Câmara Municipal de São Paulo que frequentamos há tantos anos na Comissão de Turismo e Gastronomia, os gordinhos agradecem, foi o primeiro pavilhão de exposições de São Paulo após o Ibirapuera.

Como disse o Souza já passou a maioria dos PIBs brasileiros. Esse é um dado importantíssimo, a economia gira porque as empresas venderam e puderam comercializar, seus produtos foram expostos. Os 16.3 bilhões, a marca Anhembi é internacional, é muito forte e para finalizar, é importante manter o Centro de Convenções e o Pavilhão com áreas e características a serem definidas por um estudo de dimensionamento econômico. Não se quer construir nenhum elefante branco, mas é preciso fazer aquilo que for adequado ao mercado e atender as necessidades da promoção comercial brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Essa apresentação nos fez começar um trabalho para buscar junto ao Conpresp e a esta Casa, apoio para que possamos eventualmente fazer o tombamento imaterial do nome Anhembi Feiras e Negócios. Pegar o nome exato que está lá, para que mesmo no futuro estando alienado tenha um hífen e não deixe desaparecer a marca Anhembi. Com certeza mais forte do que qualquer outra marca que vier, porque faz parte da nossa história. Estamos ainda trabalhando nisso, estamos ouvindo o Conpresp e depois vamos tentar trabalhar de novo com vocês.

Claudia Feliz, do Sindieventos.

A SRA. CLAUDIA FELIZ – Bom dia a todos, cumprimento a Mesa na pessoa do Vereador Paulo Frange, sou Presidente do Sindieventos, trabalho na Francal há 20 anos, na área de cadastramento.

Quero falar da importância do Anhembi para o setor de eventos. Quando digo que trabalhei na Francal esses anos todos, na área de cadastramento, é para que vocês tenham noção do que move uma feira. Para terem ideia uma feira de médio porte chega a cadastrar seis mil empregados diretos para trabalhos com montagem, com bufês, vitrinistas, entre outros. E tantos outros trabalhos indiretos, sem contar os expositores, as fábricas que dependem das exposições para alavancarem suas vendas.

Como Presidente do Sindieventos, represento aqui 7.965 empresas afiliadas e 200 mil empregados. Desses 200 mil trabalhadores, 150 mil estão na cidade de São Paulo e dependem deste movimento de feiras, congressos e eventos. E aqui quero dizer da importância desse equipamento, além da história o que representa hoje. Quando falo em 200 mil empregados, 150 mil na cidade de São Paulo, estou falando de 150 mil famílias que dependem de eventos, que vivem de eventos. Mesmo porque costumamos dizer que quem é picado pelo inseto do evento não sai mais.

Então quero que vocês considerem isso na pauta, porque a importância desse setor

é muito grande. A importância do Anhembi, sua manutenção e modernização, para nós trabalhadores é muito grande.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado. (Ininteligível), Presidente da SP Convention.

O SR. _____ - Bom dia a todos. Uma Cidade que recebe mais de 90 mil eventos por ano, um evento a cada seis minutos, discutir um retrocesso, realmente é muito negativo para todos nós.

Muitos já ouviram falar no efeito borboleta. É uma teoria que descreve um movimento simples inicial de organizar uma grande consequência no futuro. Seu nome vem da ideia de bater das asas de uma borboleta que pode ocasionar uma sequência de acontecimentos que resultem em um tufão do outro lado do mundo.

Com uma visão mais otimista a mesma análise pode ser feita na conquista de novos eventos, tanto nacional como internacional. Muitos eventos no Brasil e no mundo tem como característica a rotatividade. Ou seja, cada edição precisa acontecer de algum local, uma vez por ano, a cada três anos.

E temos exemplos de muitos eventos que aconteceram por aqui, inclusive, no Anhembi que criaram grande impacto na Cidade. O Congresso da OAB com mais de 40 mil pessoas, o Work Esqui do Senac, o Rotary. Enfim, são eventos que acontecem na Cidade e que o equipamento que proporcionou facilitar esse tipo de evento foi o Anhembi.

Os destinos concorrem entre si e para receber uma próxima edição eles precisam sempre consultar alguma associação, alguma entidade, no caso nosso é do SP Convention Visitors Bureau, assim como há Convention Bureaus no Brasil e no mundo. E mapear o que tem na Cidade de disponível é uma função nossa. O processo de captar um evento pode demorar muito tempo, mas o importante de uma Cidade inteligente é que ela vai captando eventos para garantir o médio e longo prazo dos eventos que acontecem no destino. Esse é o

bater das assas de uma borboleta. A captação confirmada, o destino tem um grande evento e magnitudes de um tufão para a sua realização composta de vários fatores positivos. O incremento de economia, maior arrecadação de impostos, geração de novas oportunidades, emprego, geração de riqueza e dinheiro novo. Muito se fala em geração de riqueza e na prática o que a indústria de eventos, de férias, e viagens faz é gerar esse emprego diretamente e indiretamente. O mercado de eventos está muito relacionado a essa área de turismo e de eventos. Grande parte desse público é composto por visitantes, dinheiro novo.

A importância das feiras e eventos em alguns casos são consolidadas. No caso das feiras temos a bienal do livro, sala odo automóvel, Couro Modas, Franca, APAS, Eletrolar, mas existem também muitos eventos associativos em muitos congressos, que ora são utilizados no Anhembi, como ora são utilizados grandes equipamentos que a cidade têm, com empresários que investem muito para que a cidade possa ser extremamente competitiva. Tem o Frei Caneca, Promagno, Center Norte, Transamérica, São Paulo Expo, que complementa junto com o Anhembi uma grande diversidade de ocupação para realizar eventos. Pode ser uma grande oportunidade para gente manter o nosso posicionamento como uma cidade que é a capital de eventos da América Latina.

A gente tem que pensar muito racionalmente. Obviamente, economicamente sempre procuram-se muitas oportunidades, mas a gente não pode achar que a oportunidade seja oportunismo. Se a cidade tem a vocação de eventos, tem a capital de eventos como tradição e foi eleita pela revista: *América e Economia* com ao capital de eventos da América Latina, a gente não pode abrir mão do nosso posicionamento. Campinas chegou, Fortaleza está aí, Fortaleza, Brasília, Curitiba, temos uma série de novas cidades chegando, entendendo que eventos é negócio e negócio gera emprego. A hora que a gente abrir mão para uma oportunidade básica, econômica de planilha, talvez a gente não tenha a dimensão do como a cidade pode ganhar mantendo a sua posição, mas para ganhar é preciso reformar, é preciso ser competitivo. Dá vergonha, às vezes, o que acontece no Anhembi nos eventos que a gente

traz gente de fora. Com certeza vocês devem passar muita vergonha , tendo aquilo de coração, e sofrendo muito por estar entregando por falta de capital público para fazer as reformas necessárias.

Uma cidade inteligente tem uma política pública inteligente, que gera emprego, renda e traz visitantes para trazer dinheiro novo para a cidade. O nosso efeito borboleta tem que gerar resultados para nós e não fazer eventos para outros destinos. A gente sempre fala que São Paulo é tudo de bom e a equipe do Anhembi também.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra do Sr. Paulo Passos, do Instituto Brasileiro de Eventos.

O SR. PAULO PASSOS – Bom dia a todos. Peço desculpas, porque não tenho o dom da oratória. Bom dia a todos, Vereadores, Presidente e ademais colegas. Eu trabalho com eventos há 38 anos. Sou Presidente do IBEV – Instituto Brasileiro de Eventos, fundado há 11 anos por mim e por outros colegas do setor.

Nessa oportunidade eu transmito a minha opinião pessoal, emocionado também, por meu pai ter na qualidade de diretor do Salão do Automóvel, à época, inaugurado o Parque Anhembi. Temos talvez a mesma emoção.

Grandes e marcantes eventos passaram pelo pavilhão de exposição do Anhembi, maior centro de eventos da América Latina, movimentando diversos setores econômicos, gerando divisas para o município, calculados em mais de 16 milhões de reais. Alguns anos se estimava que algo em torno de 40 a 50 por cento desse valor derivavam dos eventos sediados no complexo do Anhembi. Como disse o Toni, São Paulo é a capital Sul-Americana das feiras de negócios, qualquer que seja o tamanho e o segmento econômico a cidade está sempre pronta atender qualquer tipo de evento e muito desse mérito e dessa fama deve-se às grandes feiras realizadas todos esses anos dentro do parque Anhembi.

No turismo usamos a figura do iceberg, quando olhamos o impacto de eventos na economia, em especial as grandes feiras. São aproximadamente 52 setores de impacto direto quando da realização dessas grandes feiras.

Há alguns anos fui executivo de uma empresa, de um grupo, com ações na bolsa de valores, e gerenciava o setor de eventos desse empreendimento. Mas éramos na época líderes em sediar congressos de médio e grande porte na cidade de São Paulo. Ocorre que os executivos da época receberam uma proposta de um outro grupo e no período de um ano, aquele empreendimento teve outra função, foi para o lado bancário, trabalhar na área de bancos. Perdemos um centro de convenções líder de congressos médicos na cidade de São Paulo.

Essa realidade não pode se repetir. Não estamos discutindo o fim do Anhembi, mas se eventualmente imaginarmos essa possibilidade, como já foi ventilado algumas vezes, uma eventual mudança de finalidade, um dos três grandes equipamentos destinados a feiras de médio porte da cidade de São Paulo, contaríamos na virada do século XXI, com menos espaços de exposição em São Paulo do que tínhamos no final da década de 90. O prejuízo para a cidade de São Paulo seria incomensurável. Portanto, a manutenção do complexo de eventos do Anhembi é essencial para a economia paulistana.

Outra questão fundamental é a manutenção do tamanho do espaço de exposições. Reduzir o tamanho do Anhembi hoje, de pronto, inviabilizaria todos os grandes eventos que ainda são realizados no Anhembi. A exemplo do congresso internacional do Rotary, como foi comentado; o World Skill, também comentado; o congresso nacional da OAB. Eventos capitados com a visão do turismo na cidade de São Paulo, com a visão econômica na cidade de São Paulo. Isso sem contar com os grandes eventos, como a Campus Party, Bienal do Livro, Feira do Empreendedor Sebrae, Feirão da Casa Própria.

Muitos desses eventos contam com o apoio da Prefeitura Municipal, que certamente estariam inviabilizados no cenário de monopólio na locação de espaços de grande

porte. A oferta de espaços de pequeno e médio porte na cidade de São Paulo é abundante, mas espaço com a dimensão do Anhembi não. A mudança no uso do espaço, a redução da área bruta alocada do Anhembi iria impor ao mercado de eventos de São Paulo o monopólio no que diz respeito aos grandes espaços de eventos.

A oferta regula o preço e viabiliza grandes eventos. Reduz o poder de eventuais grupos que dispor de um único local de eventos de grande porte, poderiam com facilidade inviabilizar todas as iniciativas da concorrência. Mas também, para esses promotores, a oferta de múltiplos espaços assegura a manutenção de preços competitivos e reduz a dependência de um único fornecedor.

Portanto, para o bem de mercado de grandes feiras na cidade de São Paulo, a manutenção integral do pavilhão de exposições do Parque Anhembi é primordial. E para manter a regulação e impedir o monopólio desse mercado, a manutenção das atribuições da SP Turis, no meu ponto de vista, vital. Isso sem mencionar todas as outras atividades movidas pela SP Turis independente da gestão de espaço. Apenas uma empresa controlada pela municipalidade irá desenvolver essa atividade e os melhores eventos realizados anualmente na cidade de São Paulo pela SP Turis. A privatização da SP Turis poderia implicar na necessidade de existência de uma Secretaria, com dotação orçamentária para as atividades de promoção turística para a cidade de São Paulo. Além disso, toda a expertise acumulada na realização de eventos pela Prefeitura de São Paulo se perderia e a prefeitura precisaria licitar a realização de cada um dos seus eventos oriundos das mais diversas Secretarias. Isso, por óbvio, acarretaria o aumento exponencial dos custos e burocracia. Estamos falando de eventos do porte do carnaval paulistano, Fórmula 1, Parada LGBT, estamos também falando de eventos promovidos pela Secretaria Municipal da Educação, Secretaria Municipal da Cultura, Secretaria da Inovação e Tecnologia, pessoa com deficiência física, eventos de pequeno e médio portes que se viabilizam em função da existência da SP Turis que conhece a economia e escala desses eventos. É inimaginável a existência do carnaval sem a existência da SP Turis e sem

ter à disposição toda a infraestrutura física do complexo do Anhembi. O risco de um colapso na realização do carnaval sem esses dois elementos é altíssima.

Portanto, por todos esses aspectos, entendo que a manutenção do SP Turis e a manutenção do complexo do Anhembi nas dimensões atuais são pontos de interesse público.

Por outro lado, a SP Turis tem de ser capitalizada e o complexo precisa ser modernizado. Entendo que uma forma de capitalizar a empresa seria vender parte do terreno, atualmente usado como estacionamento aberto, por exemplo. Já existem recursos disponíveis do Governo Federal, como dito hoje, e por parte das obras de modernização do complexo, fim do impasse acerca do futuro do Anhembi, esse recurso pode ser utilizado de pronto.

Estima-se que a venda parcial do terreno, acima mencionado seja suficiente para repor todas as vagas de estacionamento com a construção do edifício garagem, além disso, capitalizar a SP Turis para que volte a desempenhar seu importante papel no Município de São Paulo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Paulo. Esse ponto que o Paulo tocou é uma preocupação da Câmara, a regulação desse mercado, ainda não temos uma equação para isso, mas com certeza será tratado no debate a partir de hoje, porque hpa uma preocupação muito grande de como vamos fazer a regulação disso. Brasil Laerte.

O SR. BRASIL LAERTE - Venho, primeiro, cumprimentar o presidente desta comissão, Paulo Frange, e pedir permissão para cumprimentar todos os vereadores, as demais autoridades da Mesa, e os presentes para debater as políticas públicas de geração de renda e empregabilidade na cidade de São Paulo.

Sou da Unesca, de mais de 95 países, com uma empresa empresarial global de turismo, esporte, lazer e negócios. O turismo no país gera 8,6 do PIB da União, gerando empregos em todas as profissões. Só perde para o esporte que gera 12%, em terceiro a cultura com 6% do PIB da União.

E a cidade de São Paulo é o espelho do mundo que desenvolve mais de 3 mil

eventos gerando 50% do PIB da Cidade que é de 576 bilhões por ano, e gerando emprego em todos os profissionais de São Paulo.

A nossa tese de defesa do Anhembi é pela permanência. Trago tese ao Secretário Poit de concessão, permitindo que investidores nacionais e internacionais possam participar de igual e ampliar a área do Anhembi, construindo um hotel cassino, com capacidade de gerar 15 mil empregos diretos, pavilhões e outros equipamentos para empregar micro e pequenos empresários de turismo, entretenimento e eventos de negócios na Cidade. Com isso, vamos partir para o futuro.

São Paulo hoje está perdendo de 10 a 15 mil empregos por mês. Hoje, temos 2,35 milhões na cidade devido ao congelamento das políticas públicas, que esse genocídio do Michel Temer implantou o tempo que está sentado na cadeira da Presidência da República.

Precisamos de projetos para ter mais empregos na cidade de São Paulo, porque em 2030, São Paulo vai ser uma cidade paupérrima, uma cidade sem empregos. Só a construção de torre que será a verdadeira bolha, que em 2030 poderá explodir, com uma revolução urbana que poderá acontecer na Cidade com a expulsão do emprego e da indústria e das empresas de prestação de serviços na cidade de São Paulo.

Eu fiquei preocupado com uma entrevista com o Bruno Covas, o novo Prefeito que assume agora, sexta-feira. Ele falou que ia criar mais impostos pra poder repor o Orçamento da cidade de São Paulo. Acho que essa visão, o Bruno é um grande político, mas a visão é errônea porque fazendo os cálculos, mais aumento de impostos – do IPU e de outros impostos da cidade de São Paulo – a Cidade vai perder mais de 500 postos de trabalho, as pequenas e médias empresas vão falir, vão sair mais empresas da cidade de São Paulo.

Para concluir, Sr. Presidente, na Assembleia Constituinte de 88 apresentei três ideias de peso. Uma foi à constituição do SUS; a outra não aprovada, era a reforma do Estado, reforma tributária. Vou lhes dar um exemplo. Acho que o Prefeito que assume e os demais Vereadores da Casa devem abraçar que temos de fazer uma reforma tributária, uma reforma

do Estado porque a reforma trabalhista, tal qual está hoje, não vai gerar emprego.

Hoje São Paulo contribui com 36,8% do PIB do Estado; e 12% com o PIB da União. Se houver uma reforma, se mandar só 30%, e 9% para a União, São Paulo iria ter um orçamento de 150 bilhões anualmente em vez de 55 bilhões.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vou passar a palavra ao Vereador Rodrigo Goulart. Estamos terminando, há apenas mais três pessoas.

O SR. RODRIGO GOULART – Obrigado, Presidente. Peço desculpas porque tenho um compromisso, terei de sair.

Quero cumprimentá-lo por chamar esta audiência pública que tem um tema realmente, pra nós, tão importante. Cumprimentar também o sempre Senador e Vereador Eduardo Suplicy; o Edu, representante da SPTuris e em seu nome cumprimentar os funcionários da SPTuris; o Wilson Poit, Secretário; a Ana Beatriz e o Léo.

Tive diversas discussões com o Poit, com a Ana Beatriz e com o Léo e todas elas apaixonadas. A primeira que nós fizemos foi sobre os mercados – o de Santo Amaro e dos demais mercados da Cidade – porque temos grande paixão, um carinho por eles. Depois sobre o Autódromo de Interlagos, que é meu vizinho, e a gente acirrou grandes discussões, mas sempre pelo bem da Cidade. Agora é a do Anhembi, que a gente sabe, é o grande símbolo do turismo que ainda há na Cidade.

O Armando falou do legado, e eu tenho um legado do turismo da Cidade por causa do meu pai. Meu pai hoje é deputado federal, esteve durante muito tempo nesta Câmara Municipal. E eu tenho tentado, desde quando voltei, a comissão citada pelo Armando – Comissão de Turismo, Lazer e Gastronomia. Havia essa comissão especial aqui na Câmara, que hoje foi juntada com a Comissão de Trânsito e Transporte, mas temos trabalhado pra que a Comissão de Turismo volte e que possamos discutir de verdade o turismo aqui na Câmara

Municipal de São Paulo.

Sem desviar o foco da audiência, queria deixar claro que devido à paixão, sabemos da importância do Anhembi. Muita das feiras que ali persistem, que ainda estão lá, é devido o trabalho dessa diretoria, dos funcionários que aqui estão e do carinho que os promotores têm pelo Anhembi, sabem da importância que aquele equipamento tem pra Cidade.

Temos vários temas nesta Casa, mas nós precisamos muito estudar esse assunto, além da questão urbanística – e pra isso temos a presença do Prof. Paulo Frange, e por ser seu vizinho de porta, tenho obrigação de aprender com ele, nós estamos sempre juntos discutindo esses assuntos.

Portanto, o que Léo falou muito bem, sobre o Plano de Desenvolvimento, sobre os descontos de outorga, temos de ficar muito atentos quanto a esse assunto, mas não podemos nos esquecer da vocação desse equipamento em relação à Cidade, que é uma vocação turística. Temos de pensar no que foi dito pelo Armando, a importância do turismo para a Cidade, e nós não podemos perder essa nossa última referência.

Peço ajuda aos Vereadores Paulo Frange e Eduardo Suplicy, que coloquemos nos texto a obrigatoriedade de se manter a vocação para o turismo. Em primeira discussão do PL do ano passado, se tivesse sido assim colocado, eu vejo que seria um benefício que teria sido mantido. Mas exatamente o que foi dito pelo amigo do conselho da SPTuris, porque ainda está como “possível”, e dependendo de qual é a intenção econômica do possível interessado, ele poderá não manter a vocação para o turismo. E há essa possibilidade no texto aqui na Câmara para que se torne uma premissa do projeto. Tenho certeza de que não podemos perder essa vocação, tenho certeza de que teremos o apoio tanto dos funcionários da SPTuris quanto dos promotores de eventos pra que o Anhembi assim permaneça.

O arquiteto que desenvolveu o projeto, quem pensou, quem inaugurou, toda história que o Anhembi, que seja mantida também a vocação do turismo para a cidade de São Paulo.

Contem sempre com o meu apoio. Tivemos boas discussões com o Executivo, e

sempre tentando encontrar as melhores soluções para esses assuntos, mas que se mantenha a paixão que nós temos pelo equipamento, pelo Anhembi, que é fundamental para a cidade de São Paulo.

Muito obrigado a todos.

Vou ter de sair, Presidente, mas estou sempre à disposição desta comissão.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Rodrigo. Tem a palavra Bruno Omori, Presidente da Associação Brasileira dos Hotéis.

O SR. BRUNO OMORI – Bom dia a todos. Primeiro, gostaria de cumprimentar o nosso Vereador Paulo Frange; o Vereador Suplicy; o nosso amigo Wilson Poit; e o nosso Eduardo Colturato, em nome de quem saúdo todos da Mesa.

É muito interessante escutar todas as falas, nos solidarizamos com os funcionários da SPTuris, com certeza fazem um trabalho brilhante, lutam pelo nosso Anhembi. Também ter escutado todos os líderes do Turismo e dos Eventos do Estado de São Paulo, dentro do Brasil todo – o Abdala, o Souza, o Tony Sando, todos que falaram anteriormente.

A ABH – Associação Brasileira de Hotéis foi fundada em 36, por Getúlio Vargas. Por isso o dia 9 de novembro é o Dia do Hoteleiro.

Nós representamos hotéis, flats, condo-hotéis, resorts e pousadas. Só no Estado de São Paulo são 183 mil apartamentos, faturamos 7,4 bilhões de reais em diárias; e 1,5 bilhões de reais em alimentos e bebidas dentro dos hotéis. Estamos falando de um mercado que emprega mais de 120 mil colaboradores diretos, e gera para a Economia, pelo menos, a cada emprego, mais seis dentro de todos os aspectos, dentro do Turismo, dentro do entretenimento. E o hotel compra tudo, compra desde o serviço de segurança, de auditoria, mesa, cadeira, cama, eventos e organizadores de eventos.

Quando falamos do tema Turismo da cidade de São Paulo, turismo de eventos da cidade de São Paulo, a vocação da cidade de São Paulo sempre foi negócios. Nós estamos

falando de bilhões e bilhões de reais que chegam a nossa Cidade. A sede das maiores empresas do mundo que estão instaladas no Brasil, está em São Paulo. Só na hotelaria, falamos que todas as redes internacionais têm sede em São Paulo, e das sedes em relação às redes nacionais, 90% estão em São Paulo. Por que isso? Quando o Armando disse, e fazemos sempre essa brincadeira: há muito hotel porque tem muita feira e tem muita feira porque tem muito hotel, é realmente verdade. Quando a gente pega uma feira – Couromoda, Francal, hospitalar, APAS, Equipotel, Salão do Automóvel - as feiras realmente não movimentam 100, 200 ou 50 mil pessoas que vão à feira, movimentam toda uma cadeia econômica ligada ao segmento. Então se multiplica porque fazem uma exposição dentro da feira, por exemplo, dentro do Pavilhão do Anhembi, e a empresa faz uma convenção, um treinamento dos colaboradores que vão trabalhar na feira, dentro do hotel. E isso gera receita, renda, visibilidade, traz negócios, como bem afirmou o Tony, são negócios pra nossa Cidade, traz dinheiro, traz emprego, traz renda.

O Anhembi nós conhecemos, desde que eu comecei a frequentar, desde que nasci, meu pai é hoteleiro desde que eu nasci. O Anhembi sempre foi o centro mais importante, e todos aqui bem disseram, isso pela logística, deslocamento, pela facilidade de adesão, de transporte em relação à logística de chegada e saída dos equipamentos, o tamanho pavilhão muito bem dimensionado. O que ele precisa hoje é passar por uma reforma estrutural, técnica pra que seja de novo o melhor centro de convenções. E hoje há vários na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo e no Brasil.

Portanto, somos totalmente a favor de deixar, e como foi bem mencionado pelos Vereadores, que o Anhembi continue sendo um centro de exposições e de convenções com a quantidade da demanda que precisamos ter para cidade de São Paulo, para que a Cidade continue sendo o centro financeiro, econômico, gastronômico e cultural do Brasil e da América Latina.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra Ari Fernandes da São Paulo Turismo.

O SR. ARI FERNANDES – Bom dia a todos. Parabéns pelas brilhantes falas. Acho que fica um pouco difícil falar até pela demanda, pela manutenção da empresa. Acho que sobrou pouco pra falar agora. Ainda assim, quero fazer um breve apanhado, um breve histórico que os Vereadores bem conhecem.

Parabéns porque muitas das demandas foram criadas pelos Vereadores nesta Casa, acompanhei todas as audiências públicas, estive presente em todas as reuniões plenárias ouvindo as demandas dos Vereadores, sempre pedindo por várias situações.

Gostaria de falar do DPH, da brilhante exposição da filha do Jorge Wilhelm, o Departamento do Patrimônio Histórico, todos os arquitetos, toda equipe técnica votou pela manutenção, pela tombamento do Anhembi, pela manutenção desse patrimônio histórico. E o Conpresp, nomeado pelo Prefeito Doria, negou o tombamento, arquivou o processo. Então havia essa demanda que não foi atendida. E todos os arquitetos renomados da Cidade, do Brasil – e temos como exemplo a Raquel Rolnik, formada há mais de 40 anos, professora da USP e muitos outros - também se apresentam veementemente contra o projeto urbanístico dessa forma porque há várias implicações no projeto que envolve a Cidade: trânsito, ruas, qual o impacto financeiro, etc. Não basta vender para exploração imobiliária que, enfim, a coisa vai fluir.

Queria também falar sobre a emenda dos funcionários, pois 50 Vereadores da Casa assinaram - dos 55 no total - emenda que propõe a realocação dos empregados, e o Prefeito Doria também vetou, não atendeu a emenda, não atendeu ao pedido dos empregados endossado pelos Vereadores desta Casa.

Durante as discussões, os Vereadores desta Casa levantaram questão não só quanto aos eventos comerciais, que abrilhantam a Cidade, que geram empregos, como também citaram os eventos sociais que o Anhembi realiza. São mais de dois mil eventos

realizados por ano. Chega a ter 100 eventos num final de semana. Pense você na grandiosidade dos eventos sociais, são festas de bairros, Virada Cultural, Carnaval de Rua, são centenas, milhares de eventos que acontecem na Cidade, e os nobres Vereadores trataram dessa questão.

E o Prefeito Doria, à época, o que fez? Ele mandou um substitutivo do Governo dizendo que haveria criação, para os Vereadores ficarem tranquilos, de uma empresa para cuidar dos eventos na Cidade. Quando os Vereadores aqui, com tranquilidade, aprovaram essa emenda, o Prefeito Doria vetou a criação da empresa que ele mesmo sugeriu.

Então amigos, eu pergunto: o que estamos fazendo em relação ao Executivo? O Poit, eu acho, pode esclarecer pra gente porque doamos nosso tempo, a sociedade vem aqui claramente colocar suas demandas pela manutenção do Anhembi, pela manutenção das feiras, pela reforma.

Quando estive no DPH – Departamento do Patrimônio Histórico acompanhando o processo do Anhembi, existe lá - e eu pude visualizar – um projeto aprovado de climatização do Pavilhão de Exposições do Anhembi. Ao contrário do que muita gente fala: não, tem de vender porque não dá pra climatizar, há um projeto já aprovado pelo DPH para climatizá-lo e torná-lo o maior Pavilhão do Brasil, ao contrário do que está sendo feito. E há investimentos, há dinheiro do PAC aprovado como o colega citou. Essas obras então são possíveis, são realizáveis.

Agora, eu pergunto para o novo Executivo que se forma com Bruno Covas - ainda não tivemos resposta do Doria - estamos apenas cumprindo uma formalidade porque está no Regimento da Casa à realização de audiência pública, precisamos discutir, o que toma o tempo dos nobres Vereadores, toma o tempo dos colegas, da sociedade, ou estamos aqui para que demandas da sociedade sejam ouvidas?

Nosso pedido é que seja levado pra o Executivo esses pedidos, todas as demandas levantas aqui, hoje.

Muito obrigado, pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra Adriana Alves da Associação Brasileira de Proteína Animal. (Pausa) Não está presente.

Vereador Suplicy, com a palavra. Vamos encerrar, em seguida.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Presidente, Vereador Paulo Frange, meus cumprimentos por ter requerido esta audiência pública, que é da maior importância, está sendo, e também por ter acatado a sugestão dos representantes dos servidores – Sr. Raimundo Pedroso – de que será ótimo o próprio Parque Anhembi convidar toda a comunidade de moradores, de pessoas interessadas, que possam debater o projeto. Quero estar presente, embora eu não seja da Comissão de Administração Pública.

Cumprimento também o Secretário Wilson Poit; o Leonardo Castro, São Paulo Urbanismo; o Eduardo Colturato Diretor da São Paulo Turismo; e a Ana Beatriz Monteiro da São Paulo Parcerias.

Quero também externar o meu respeito, a minha homenagem ao querido Jorge Wilhelm, que foi Secretário de Planejamento ao tempo da Prefeita Marta Suplicy. Eu sempre tive, eu o conheço há décadas, amigo de minhas irmãs, tornou-se meu amigo e sempre admirei a sua visão porque, conforme Ana Maria mostrou, ele tinha uma visão muito especial sobre os seres humanos, como uma obra arquitetônica, além de ser bonita e atraente para todos, tivesse sentido para que cada ser humano pudesse aproveitar um tanto daquilo. Ele, como responsável pela elaboração do Plano Diretor da Cidade, tinha uma visão muito especial. Acho que a sua exposição aqui muito significativa.

Quero cumprimentar a todos que aqui expuseram seu ponto de vista, o José Cordeiro, o Caio Alcântara Machado, o Raimundo, a Angelina, o Antonio Cavalcante, o Jorge Alves de Souza, o Armando Arruda Pereira, o Cláudio Félix Francal Torres, o Sandro de Oliveira, o Paulo Passos, o Brasil, o Bruno Moya e o Ari Fernandes, que deram uma colaboração muito significativa.

Prezado Wilson Poit, o que nós vimos aqui foi um sentimento comum – inclusive, daqueles que, por exemplo, são empresários e responsáveis pela organização de feiras. É uma voz unânime, desde os servidores da SP-Turis aos que organizam as feiras, que interagem com o Anhembi, com os mais diversos prefeitos - portanto, suprapartidariamente. Todos expressaram a importância de continuar São Paulo a ter o Anhembi como um centro de feiras, de exposições, que pode perfeitamente ser melhorado, como demonstra a exposição que acaba de ser feita.

É possível, sim, e há recursos reservados para modernização e aclimatização, para se completar o próprio projeto previsto pelo Jorge Wilhelm e, inclusive, do Burle Marx, para um jardim tão belo que vai tornar o Anhembi em algo ainda mais bonito para toda a Cidade.

Então, eu avalio que este projeto precisa ser modificado, atendendo às reivindicações e aspirações de todos aqueles que se interessam pelos destinos, inclusive, do Turismo em São Paulo e da geração de investimentos, de empregos.

Eu recebi uma colaboração do Instituto de Arquitetos do Brasil, que eu gostaria de poder ler, aqui, rapidamente. Diz que o Projeto de Intervenção Urbana é um instrumento previsto nos artigos 134, 135 e 136 da Lei nº 16.050, de 2014, o Plano Diretor Estratégico. É instrumento de referência e orientação da transformação de determinados setores da Cidade, reunindo conjuntamente os aspectos urbanísticos, bem como os diversos mecanismos necessários para sua avaliação. Esse instrumento conjuga dimensões urbanísticas, ambientais, sociais, financeiras e jurídicas, com o intuito de transformar determinadas áreas da Cidade, para que atendam plenamente as diretrizes e princípios do Plano Diretor.

Segue abaixo, de maneira sucinta, o porquê de não se poder consubstanciar a aprovação deste projeto em votação. É porque, conforme disposto no Decreto nº 59.000, de 2016, que dispõe sobre o processo de elaboração de um PIU – Projeto de Intervenção Urbanística, algumas etapas precisam ser cumpridas.

Primeiro: diagnóstico minucioso da área objeto de intervenção. Segundo: definição

de programa de interesse público da futura intervenção. Em terceiro lugar está a elaboração do projeto, com a devida observância e o atendimento das seguintes considerações: proposta de ordenamento ou reestruturação urbanística para o perímetro delimitado, que deve definir o programa de intervenção; as fases de implantação; os parâmetros urbanísticos e os instrumentos de gestão ambiental que serão necessários; a definição rigorosa dos mecanismos de financiamento e fonte de recursos necessários à implantação do projeto; a definição do modelo de gestão democrática de sua implantação com a garantia da inclusão participativa das instâncias sociais que vão avaliar e controlar os serviços e os impactos na área de intervenção, ou seja, estamos ouvindo a sociedade como hoje se está dando a oportunidade e, por fim, o envio do projeto de lei à Câmara Municipal ou elaboração de decreto nos casos em que não houver alteração de parâmetros urbanísticos e estipulados na legislação vigente.

Este mesmo decreto indica que sejam realizadas ao menos duas consultas públicas com duração mínima de 20 dias cada, uma após as etapas 1 e 2 e a definição do diagnóstico e o programa de interesse público, e outra, após a etapa 3 e elaboração do PIU.

Avaliam que esta audiência na área do Anhembi pode ser uma dessas aqui previstas. Ressalta-se que os itens 1,2 e 3 deste processo ainda não foram cumpridos a contento, pois o que chegou para a sociedade foi a apresentação de uma minuta de projeto de lei elaborada sem a sua devida participação, inviabilizando assim, a discussão ampla e participativa.

Sobre a minuta do projeto de lei é importante destacar que não atende completamente o que é exigido no Plano Diretor Estratégico, em especial, nos seguintes termos: a definição de programa de intervenção detalhado, que precisa conter a previsão genérica de categorias de uso; a previsão das fases dessa implantação; a definição de parâmetros urbanísticos específicos, tendo sido listados apenas os genéricos, como coeficiente de aproveitamento, por exemplo, a definição de instrumentos de gestão ambiental necessários para implantação do PIU; o modelo econômico a ser usado na intervenção proposta,

reforçando como será financiado e qual será a fonte dos recursos a serem arrecadados; a definição do modelo democrático de gestão de sua implantação, que permita a participação da sociedade.

E a outras considerações que estão sendo feitas por profissionais com o pleno domínio técnico e todas as questões que envolvem o PIU, mas pelo exposto acima, endosso as solicitações feitas por esses membros profissionais, por todos que transmitam seu pensamento e que sejam atendidos de pronto os procedimentos e conteúdos de elaboração do projeto de intervenção urbanística definidos no Plano Diretor Estratégico e pelo Decreto 56.901, que deveriam ter sido considerados antes da etapa de elaboração da minuta do projeto de lei; que a elaboração do PIU de acordo com os procedimentos e conteúdos definidos no Plano Diretor e no Decreto 56.901 preceda o processo licitatório do complexo do Anhembi, em hipótese alguma, após o processo.

Enfim eu recolhi alguns dados queria especialmente ao Presidente da SP Turismo que, então, há uma perspectiva de venda da SPTuris e 350 funcionários vão ser transferidos para onde? São os funcionários concursados pelo que ouvimos, são funcionários que tem Cidade na área do Turismo e em tudo aquilo que possa abranger tudo relacionado ao turismo especialidade na área do turismo e em tudo o que possa abranger relacionado ao turismo, rede hoteleira, os eventos da Cidade.

São Paulo é uma das cidades que mais recebe visitantes no Brasil, mas eu acho que ainda é pouco. Vou dar alguns dados.

O número de estrangeiros no Brasil, no ano passado, 2017, foram 6.588.770 turistas. São Paulo é a principal porta de entrada, não necessariamente destino final, 2.144.606, são 32,5% e, no Rio de Janeiro, chegaram a 1.355.616,20, são 5%, dados da Polícia Federal.

Do Observatório de Turismo e Eventos da SP Turis temos alguns dados. Em 2017, São Paulo recebeu 15,440 milhões de visitantes entre estrangeiros e brasileiros – o senhor

pode conferir depois se estou certo –; eventos em São Paulo reuniram 24,7 milhões de pessoas; no Rio de Janeiro, 2 milhões de estrangeiros mais 5 milhões de visitantes domésticos, portanto, 7 milhões; ou seja, São Paulo está bem à frente do Rio de Janeiro.

Ainda em 2016, Presidente Paulo Frange, visitei uma cidade de 700 mil habitantes lá na Ásia, ex-colônia portuguesa: Macau. Sabe por que estive lá? Porque desde 2008, a partir da receita extraordinária que Macau obteve de toda a atividade turística, hotéis e cassinos que lá existem – permita-me contar –, no século XVI, Portugal desbravando os mares, descobriu Macau e ali instalou uma colônia que existiu como ‘de Portugal’ até 1999, quando houve um acordo com a República Popular da China, após a revolução vitoriosa de Mao Tsé-Tung, a China absorveu todas as colônias europeias, salvo Hong Kong – do Reino Unido – e Macau. E com ambas chegou a um entendimento, como em Macau, em 1999, que Macau teria uma legislação autônoma. Lá existe um Legislativo e um Executivo que produzem as leis.

E aí no ano 2000 permitiu-se cassinos investidores e até mesmo a Donald Trump que ali fizesse investimentos. Eu visitei esses cassinos. Sabem que Macau tem mais cassinos que Las Vegas, esta conhecida por ser a cidade dos cassinos.

Bem, então, me informaram que o Brasil recebeu quase 7 milhões de turistas o ano passado. Macau, com 700 mil habitantes, recebeu 30 milhões. Puxa! Eu menciono esse dado porque significa, prezado Presidente xará meu, que São Paulo pode e tem uma margem colossal para receber mais estrangeiros. Vamos fazer de nossa cidade, mesmo que não tenha o jogo, mas que já tem tantas atrações, um lugar de eventos, que já os possui como o Grande Prêmio Fórmula 1 e todas as feiras aqui citadas, a Francal, a dos tecidos, a dos sapatos, a Bienal Livro, às quais tenho ido sempre, especialmente à Bienal do Livro que aprecio tanto e, então, percebo inclusive o esforço de todos esses servidores e servidoras da SP Turismo, será que... fico pensando, São Paulo não tem propriamente uma Secretaria Municipal do Turismo e vai dispor até da SP Turis, então quem é que vai cuidar de São Paulo? (Palmas)

Quem vai conseguir ter mais fatores atraentes para que venhamos a trazer pessoas

do Brasil e do mundo inteiro, até da Ásia, da África, da Europa, dos Estados Unidos, e das três américas. Nobre Vereador Paulo Frange, quero dizer a V.Exa. que aprendi muito hoje, estando aqui nessa audiência pública. Agradeço a todos os senhores e aos representantes da Prefeitura do Município de São Paulo, por ter me oferecido essa oportunidade de conhecer mais sobre o Anhembi e o turismo em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Passo a palavra ao Sr. Leonardo para resposta ao nobre Vereador Suplicy.

O SR. LEONARDO – Um breve esclarecimento e para tranquilizar o Senador Suplicy, no sentido de que estão corretos os apontamentos feitos pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil, em relação as etapas, aos elementos, as condições todas de elaboração do projeto de intervenção urbana, o que eu destaco aqui é que o inicio do projeto da elaboração ainda não ocorreu. Quando ele começar, ele vai observar naturalmente o modo de gestão democrática, audiências públicas, oficinas participativas e a inclusão de todos os atores necessários nesse processo. o que está fazendo aqui agora, é justamente um detalhamento de uma moldura urbanística que já havia sido fixada na própria lei de Zoneamento. O PIU - Projeto de Intervenção Urbana, ainda está para ser elaborada.

O SR. EDUARDO – Apenas fazer um complemento Senador. Sou um apaixonado pelo turismo há 40 anos. Milito nessa área. Não precisamos ir tão longe, aqui muito pertinho de nós, Lima recebe hoje 4 milhões de turistas. Há 15 anos atrás falar em ir para Lima/Peru, era quase que motivo de gozação. A diretora de Turismo de Lima, está há 14 anos no cargo, está no quinto Presidente da Republica, o Peru, mas o Turismo é uma politica de Estado. Independente de quem está lá presidindo.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LICY – Permita-me, uma palavra sobre Lima? Nos dias 12 e 13 de abril acontece em Lima o Fórum das Américas, com os principais lideres empresariais das três Américas e os Chefes de Estado das três Américas. Eu enviei uma sugestão ao Congresso Nacional, quem sabe, gostaria de saber sua opinião a respeito. É

que todos os Congressos Nacionais das Três Américas e os Governos das Três Américas, quem sabe até o Sr. Prefeito João Doria ou o Governador Geraldo Alckmin, ou os que irão sucedê-los, possam sim, abraçar essa causa no Fórum das Américas, digam ao Sr. Presidente Donald Trump, você não pode construir esse muro que vai separar os Estados Unidos de toda América Latina. Pense melhor em com gastar esses recursos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, nobre Vereador. O Brasil tem bastante qualidade na psiquiatria, com certeza iremos dar um jeito no Trump.

O SR. EDUARDO – Muito obrigado. Agradeço a presença de todos, dizer que essa – até falando ai com o meu colega Ari Fernandes – não foi uma mera formalidade, uma reunião muito propositiva, diferente de outras audiências que já participamos aqui na Câmara Municipal de São Paulo, com muito conteúdo, que certamente nos ajuda com oportunidades que temos nesse momento. Temos de aproveitar e enxergar isso como uma grande oportunidade para essa Casa Legislativa que já nos ajudou tanto, no ano passado, melhore essa Lei, que possa juntar muito das proposições que foram feitas aqui para que possamos garantir a vocação daquele espaço para o Turismo, para os eventos e para as feiras.

Diria, também, respondendo algumas colocações que o Sr. Prefeito Bruno Covas, que assume sexta feira, já comentou conosco - compromisso do Sr. Prefeito João Doria - a criação de uma empresa ou uma Secretaria de Turismo, já no decorrer do processo de privatização da SPTuris. Então essa é uma promessa. O Sr. Prefeito Bruno Covas vai fazer isso e para focar muito mais no Turismo, focar de verdade naquilo que interessa para uma cidade com tanta vocação para o turismo de negócios, para receber muito mais gente.

Concluo, parabenizando a todos, dizendo que tudo que foi falado aqui foi anotado, tudo é transmitido ao Executivo, conversado nas nossas reuniões e hoje, mesmo, à tarde essa Casa Legislativa já tem uma sessão para continuar a discussão e a melhora desse PL de intervenção urbana. Muito obrigado pela oportunidade. também aprendi, e melhoramos muito aqui hoje. muito obrigado.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Permita-me Sr. Presidente, faltou a resposta minha pergunta, mas eu vou completar, muito melhor será para o Presidente Donald Trump se ele colocar mais de 50 bilhões de dólares no fundo permanente das Américas que venha com o tempo e com a contribuição de todos os demais Países das três Américas, fazer aquilo que começou em Macau. Em 2006, em Macau, houve grande tensão social. Então o Governo resolveu que aproximadamente 6% da receita obtida nos cassinos, nos hotéis em todas as atividades da Cidade de São Paulo, fossem destinadas a um fundo que passou a pagar o (citação em inglês) ou uma renda, um dividendo igual para todos os seus habitantes permanentes, quando foi em 2006, foi da ordem de 9 mil patacas, equivalentes a 1227 dólares por ano, para pai, mãe, e três crianças. Cinco pessoas, dava quase 6 mil dólares, ou 500 dólares por mês, pelo direito de todos partilharem da riqueza comum de Macau. O dia em que tivermos uma renda básica de cidadania desde o Canadá até Argentina, desde o Alasca até a Patagônia, não haverá mais necessidade de quaisquer muros que separem os países de nossas três Américas.

Então queria saber se ele é a favor ou contra o muro do Trump. Eu sou contra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Encerrando, agradecer muito a presença de todos. Sabemos da importância que os senhores têm no espaço de trabalho de cada um. Com certeza deixaram suas atividades hoje para estarem aqui contribuindo conosco. É uma contribuição preciosíssima. Nós aqui temos muita experiência, principalmente, na minha atividade, na nossa comissão, com audiências públicas, nós fazemos o máximo, todo projeto de lei só é bom quando ele entra na Casa e sai completamente transformado pela sociedade, e conosco, mas hoje tivemos uma audiência pública com muita contribuição. Com um nível muito alto. Muitas vezes temos audiências públicas com agressões, sem nenhuma contribuição. Nós já ouvimos aqui durante cinco horas, fala sem nenhuma contribuição. Hoje saímos daqui com muitas contribuições, com certeza haverá reflexão sobre isso, o processo não acaba, ele começa agora e mesmo depois de aprovado na Lei tem todo um processo que trata ainda

dessa outra etapa que o Leonardo citou a pouco,

Agradeço de coração a todos. Sabemos do grau da importância. Hoje tivemos aqui um desfile da história do turismo, de eventos na Cidade de São Paulo. Todos vocês são parte dessa história. Eu conheci muitos aqui, mais de 30 anos atrás quando todos eramos bem mais magros, tínhamos muito mais cabelo e eram todos pretos, com certeza absoluta o tempo, nos fez mais experientes e por isso em nome dessa experiência, da amizade que nos une, agradeço de coração em nome da Câmara Municipal de São Paulo essa contribuição, com certeza, será levada para o Plenário.

Muito obrigado a todos. Estão encerrados nossos trabalhos.
